

A VIGÊNCIA DO CAPITAL

CRISE CAPITALISTA E PROBLEMAS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO PENSAMENTO SOCIAL CENTRADO NA CATEGORIA DO TRABALHO

Giovanni A. P. Alves

O nosso interesse nesse *paper* é procurar articular alguns pontos de reflexão sobre as transformações econômicas e sociais do capitalismo tardio em crise e seus impactos sobre o pensamento social contemporâneo. Nas últimas décadas surgiu, no interior das ciências sociais, uma série de novos problemas suscitados por tais transformações globais do capitalismo tardio. É desta época, o desenvolvimento da denominada “crise dos paradigmas na Sociologia”. Coloca-se cada vez mais o problema da falência de teorias, modelos e paradigmas. Proclama-se a decomposição dos modelos clássicos. Segundo alguns, os conceitos “clássicos” já não respondem às “novas realidades”. Rejeita-se a abordagem histórica, globalizante ou holística, e preconiza-se a sistêmica, fenomenológica, etnometodológica, hermenêutica, do individualismo metodológico, etc.¹ Enfim, proclama-se a falência da “modernidade” e difunde-se nas várias esferas da cultura o “espírito pós-moderno” com o seu

¹IANNI, Octavio, “A crise de paradigmas na sociologia”, in *Cadernos do IFCH*, n.º 20, IFCH, UNICAMP, 1990.

culto da indeterminação, do pragmatismo, da fragmentação e da intensa desconfiança de todos os discursos universais ou “totalizantes”. Tais mudanças culturais tendem a serem vistas muitas vezes como um “raio no céu azul”. No fundo, tende-se a pressupor que as idéias têm a sua própria história. Deste modo, deixa-se de lado o contexto sócio-histórico em que elas emergem e se desenvolvem. Na verdade, a explicitação da configuração econômica e política do capitalismo mundial das últimas décadas serve não apenas para situar a gênese do “espírito pós-moderno”, mas para tornar claro seus limites, falácias e mistificações (não deixa de ser sintomático que Harvey instituiu a sua crítica da pós-modernidade a partir de uma exposição prévia sobre as transformações sócio-históricas do capitalismo contemporâneo).²

Um dos grandes problemas teórico-metodológicos que emerge com o mundo do trabalho. A partir da década de 1970 inúmeras reflexões críticas passaram a pôr em questão o *primado ontológico da categoria trabalho no pensamento social*. Entre outros, Habermas, Gorz e Offe se sobressaem. Ultimamente, mesmo uma obra como *O colapso da modernização* de Robert Kurz, apesar de utilizar o instrumental heurístico marxista proclama, a seu modo, o fim da “sociedade do trabalho” (e portanto, a falência do “ponto de vista ontológico do trabalho” – e por conseguinte, do próprio capital).³ O que pretendemos fazer é elaborar uma pequena *introdução* a tal problemática teórico-metodológica contemporânea, situando-a enquanto *produto histórico do capitalismo tardio em crise*. É indispensável situá-la no bojo de tal conjuntura sócio-histórica (não apenas ela, mas todas as demais controvérsias metodológicas surgidas nos últimas décadas nas ciências sociais). Por isso, de início, apresentaremos um panorama da *conjuntura econômica internacional* das últimas duas décadas. É impossível apreender o verdadeiro sig-

²HARVEY, David, *A condição pós-moderna – uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Edições Loyola, 1992.

³KURZ, Robert, *O colapso da modernização*, p. 227.

nificado (e valor) de tais idéias sociais – principalmente a que defende o fim da “sociedade do trabalho” – sem tratar, de forma exaustiva, dos desenvolvimentos do capitalismo tardio nas décadas de 70/80. Por isso, o nosso interesse em fazer um “levantamento do terreno” das diversas problemáticas circunscritas às transformações do capitalismo tardio em crise e seus impactos sobre a materialidade do trabalho.⁴

Em tal período histórico, ocorreram importantes eventos econômicos, sociais, culturais, tecnológicos e políticos nos mais diversos países capitalistas, que indicam (ou *parecem* indicar) que estamos presenciando o nascimento lento e gradual de uma “nova realidade”. Destacaremos alguns traços marcantes desse período de crise, tais como, o aprofundamento da internacionalização da produção capitalista (com seus desajustes e contradições), o acirramento da competitividade no comércio mundial, a reestruturação industrial, a ofensiva neoliberal, o desemprego estrutural, a reestruturação do mercado de trabalho, a crise do sindicalismo, as inovações econômicas (técnicas, organizacionais e financeiras). Tal configuração sócio-histórica que surge da crise capitalista das últimas décadas serve para tornar claro algo que consideramos um paradoxo efetivo da nova formação do capitalismo tardio – ou seja, num período histórico de avassaladora investida do capital sobre o trabalho assalariado (e de difusão exacerbada da “sociedade do trabalho”, mesmo em sua forma *negativa* enquanto “sociedade do desemprego”) por que negar, a nível epistemológico, a centralidade da categoria trabalho? Para nós, a própria negação do trabalho é a exacerbção da sua afirmação enquanto categoria central para compreendermos a sociabilidade capitalista neste final de século. Ou seja, a *negação*

⁴A indicação de tal terminologia - “sociedade do desemprego” para qualificar, mesmo que em termos provisórios, a nova configuração societária do capitalismo tardio em crise - em contraposição à configuração inicial do “pós-guerra”, da “sociedade do pleno emprego” - foi dada por José Meneleu Neto.

da “sociedade do trabalho” não é senão a expressão da afirmação da “sociedade produtora de mercadorias”, do princípio fundante do trabalho assalariado, da própria lógica do capital. Simplesmente proclamar o fim da “sociedade do trabalho” é mistificar tal realidade marcante do capitalismo tardio em crise.

Como exemplo clássico desta controvérsia, apresentaremos de forma crítica (e como paradigma epistemológico de muitas reflexões contemporâneas sobre o trabalho) as idéias de Claus Offe. Nos deteremos num texto particular deste autor, intitulado *Trabalho como categoria sociológica fundamental?*, publicado em 1982 (e que teve grande difusão nos meios intelectuais voltados para a reflexão sociológica sobre o futuro do trabalho.)⁵ Como diversos pensadores sociais de renome, Offe proclamou, nesse artigo, a falência da categoria sociológica do trabalho.

1. A LÓGICA DA MODERNIZAÇÃO CAPITALISTA

De início, cabe esclarecer que as transformações econômicas, sociais, políticas e culturais do capitalismo tardio em crise, nas décadas de 70 e 80 – que atingem, em cheio, o pensamento social centrado na

⁵O ensaio *Trabalho: a categoria sociológica-chave da sociologia?* de Claus Offe teve, pelo menos, três traduções em língua portuguesa, todas publicadas em 1989 no Brasil. Uma das traduções saiu pela **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, de junho de 1989, com tradução de Lúcia Hippolito (traduzido da coletânea de Offe, publicada em inglês, intitulada *Disorganized Capitalism: contemporary transformations of works and politics*, de 1986). Outra saiu na edição brasileira desta coletânea, intitulada *Capitalismo desorganizado*, publicado pela Brasiliense, em 1989 (com tradução de Wanda Caldeira Brant). A última tradução saiu na coletânea de ensaios de vários sociólogos alemães da atualidade, publicada pela Editora Tempo Brasileira, intitulada *Trabalho & Sociedade – “Problemas, estruturas e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho”* (o ensaio de Offe foi traduzido por Gustavo F. Bayer).

esfera do trabalho, são parte intrínseca do processo histórico da modernidade. Fazem parte da própria *normalidade* da modernização capitalista, cuja longa trajetória histórica iniciou-se há séculos.

O que veio a ser denominado de modernidade e modernização caracterizou-se, de modo essencial, por aquilo que uma série de escritores de diferentes lugares e épocas expressaram como sendo uma sensação avassaladora de fragmentação, efemeridade e mudança caótica. Goethe, Marx, Baudelaire, Dostoiévski, Nietzsche, Weber, Simmel, Benjamin, entre outros, expressaram, cada um a seu modo, o traço fundante do nosso tempo. Enfim, destruição criativa e criação destrutiva, utilizando uma imagem nietzscheana. Na verdade, tal é o verdadeiro *leitmotiv* do desenvolvimento capitalista, que proporcionou uma implacável ruptura com todas e quaisquer condições históricas precedentes, nos situando numa série de experiências de tempo e espaço intrinsecamente diferentes de outros períodos da história humana.

Atualmente, mais do que nunca, com a nova globalização da produção de mercadorias e com a crise da economia capitalista mundial, estamos mergulhados irremediavelmente num redemoinho de perpétua desintegração e renovação, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia numa escala inigualável. Entretanto, podemos afirmar que, nada mais essencialmente “moderno”, no pleno sentido da palavra, do que as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais deste *fin de siècle*. Os abundantes sinais e marcas de modificações radicais em processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas, poderes e práticas do Estado, etc., são manifestações plenas (e renovadas) da própria lógica fundante da modernidade e da modernização. Tal lógica, como ressaltou Marx em tons dramáticos no “Manifesto Comunista” de 1848, é a lógica do capital enquanto “sujeito de um processo” que tende a “desmanchar tudo o que é sólido”. De fato, o capital enquanto tal, torna-se a própria expressão intrínseca da modernidade e da modernização, deste desesperado dinamismo, desta perpétua sublevação

e autodestruição inovadora, que impõe transformações naquilo que Marx chama de “condições de produção” (...) “e, com elas, em todas as condições e relações sociais”.

Num belo ensaio intitulado “Marx, modernismo e modernização” (contido no livro *All that is solid melts into air*, publicado em 1982), Marshall Bermann soube precisar o verdadeiro sentido de tal processo de modernização. Em suas considerações sobre o “Manifesto Comunista”, Berman salienta que o capital tende a se fortalecer com a mudança, com o caos, com a crise. Disse ele: “Ininterrupta perturbação, interminável incerteza e agitação, em vez de subverter essa sociedade, resultam de fato no seu fortalecimento. Catástrofes são transformadas em lucrativas oportunidades para o desenvolvimento e a renovação; a desintegração trabalha como força mobilizadora e, portanto, integradora.” E, mais adiante, destacou com precisão: “*Neste mundo, estabilidade significa tão-somente entropia, morte lenta, uma vez que nosso sentido de progresso e crescimento é o único meio de que dispomos para saber, com certeza, que estamos vivos. Dizer que nossa sociedade está caindo aos pedaços é apenas dizer que ela está viva e em forma.*”⁶

O verdadeiro sujeito do processo de modernização, de tal destruição criativa e do caos interminável da modernidade, do fluxo perpétuo de crescimento contínuo, incansável, aberto e ilimitado, não é propriamente a burguesia enquanto classe, mas sim o capital, entendido como a relação social a serviço da valorização do valor. Considerar a burguesia um sujeito onisciente de tal processo, é cair num viés *iluminista*, que tende a criticar como sujeitos os “capitalistas” (e suas supostas intrigas, decisões, etc.).⁷ Na verdade, tanto a burguesia quanto o proletariado estão submetidos à mesma objetividade cega do valor, com a diferença de que a “classe possuidora”, como destacou Marx, “*sente-se a vontade nesta alienação, encontra*

⁶BERMANN, Marshall, *Tudo o que é sólido desmancha no ar*, Companhia das Letras, 1987, p. 94.

⁷KURZ, Robert, *O colapso da modernização*, Paz e Terra, 1992, p. 171.

nela uma confirmação, reconhece nesta alienação de si o seu próprio poder e possui nela a aparência de uma existência humana”.⁸

Na estrutura do discurso de sua obra intitulada *O Capital*, Karl Marx (como salientou muito bem Ruy Fausto), tem como objeto central não o operário e o capitalista (o que poderia ser dito, de um modo bastante geral, do discurso sobre a luta de classes, presentes em outros textos de Marx, tais como *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (1852) e *A Guerra Civil em França* (1871). Em *O Capital*, o objeto central do discurso de Marx é o próprio capital, considerado por ele, em diversas passagens, como o “sujeito que domina”, “sujeito automático”, e o “sujeito de um processo”. Para Marx, o operário e o capitalista são “suportes” desse sujeito, e num sentido (mais ontológico do que propriamente lógico, como salientou Fausto) seus predicados. O operário e o capitalista são suportes do capital por serem suportes do dinheiro e das mercadorias – inclusive a força de trabalho – enquanto momentos mistificados e mistificadores do capital.⁹

A própria obra *O Capital*, em sua estrutura interna, constitui, como o próprio Marx destacou, “um todo artístico”, *ein artistische Ganzes*, adequado à exposição da verdadeira “odisséia” deste sujeito que domina o complexo societário da modernidade. Em sua obra-prima, Marx descreve a estrutura do mundo capitalista tal como o movimento real do capital a cria (fixa as leis do seu movimento; analisa de *per si* as aparências ou as formas *Gestalten* reais que o sujeito cria no curso ou ao fim do seu movimento; oferece um quadro do próprio movimento no seu conjunto).¹⁰ Atualmente, um pensador social, que entre outros, chegou a reconhecer a atualidade marcante da produção teórica de Marx, principalmente das suas análises sobre a natureza intrínseca do modo de produção capitalista, foi David

⁸MARX, Karl, ENGELS, Friedrich, *A sagrada família*, Presença, s/d, p. 53.

⁹FAUSTO, Ruy, *Marx, lógica & política*, v. 1., Brasiliense, 1987, p. 30.

¹⁰KOSIK, Karel, *Dialética do concreto*, Paz e Terra, 1969, p. 164-166.

Harvey. Em sua obra *The condition posmodernity - An inquiry into the origins of cultural change*, publicada em 1989 (e cujo título em português é *A condição pós-moderna*), chegou a afirmar: “*Reler o que ele [Marx] diz em O Capital nos traz um certo choque de familiaridade.*”¹¹

Ao dizermos que o verdadeiro sujeito do processo de modernização é o capital estamos dizendo que ele é um movimento autônomo, um objeto-movimento, que só aparece enquanto sujeito se o visarmos em movimento (só em movimento ele é o que é). Com a crise (e a reestruturação capitalista), o capital revela-se um sujeito no sentido ontológico pleno, um “sujeito que domina”, com seu fluxo contínuo (e intrinsecamente contraditório) a configuração material da modernidade (ou da pré-história humana, no sentido marxiano). Por isso, tal período de crise seria o momento pleno – e precioso – de manifestação da natureza intrínseca do capital, da sua vigência global enquanto “sujeito de um processo” que tende a “desmanchar tudo que é sólido”, que tende a “flexibilizar” a própria modernidade (ou instaurar o que alguns denominam de “pós-modernidade”), cujos traços marcantes desse *fin de siècle* seria dado, entre outros, pelo colapso do “socialismo real” e pela crise do capitalismo mundial (com seus notáveis impactos em várias esferas da vida social, principalmente sobre o “mundo do trabalho”). Enfim, o capital global em crise “desbloqueou”, mais uma vez, o processo histórico da modernização.

Com a crise (e a reestruturação produtiva), tanto o capitalista quanto o operário se apresentam, mais do que nunca, enquanto “suportes” de tal objeto-movimento. Cabe aos capitalistas cumprirem, sob pena de irem à ruína, as exigências postas pela objetividade cega do valor. É algo que foge de supostas intrigas e decisões de capitalistas individuais contra os trabalhadores. Eles cumprem ape-

¹¹HARVEY, David, *A condição pós-moderna*, Martins Fontes, 1989, p. 175.

nas um desígnio de sua própria natureza, isto é, servos do “capital em processo”. Por outro lado, cabe aos trabalhadores assalariados resistirem (e lutarem) contra tais ajustes e reestruturações capitalistas, que tendem a explicitar (ou a reafirmar) aquilo que, no entanto, é próprio da natureza contraditória do trabalho assalariado (o fato de serem “mercadoria” como qualquer outro artigo de comércio). Ou seja, fiquem totalmente à mercê das vicissitudes da competição e das flutuações do mercado.

Tal emergência de um novo complexo societário mais adequado à valorização do capital (denominado por alguns de “pós-moderno”) produz um notável impacto sobre a classe trabalhadora, ou seja, incrementa-se a diferenciação e a segmentação da classe trabalhadora, da própria materialidade do “mundo do trabalho” (com evidentes repercussões nas dimensões subjetivas). Na medida em que se exacerba a difusão e a diferenciação da esfera material do trabalho assalariado, a própria materialidade de uma idéia do trabalho tende a dissolver-se (é o que analisaremos mais adiante com a tese de Claus Offe sobre a perda da centralidade da categoria sociológica de trabalho). Entretanto, o que tentaremos demonstrar é que tal dissolução da categoria do trabalho, por mais paradoxal que possa parecer, é a própria manifestação da sua plena efetividade sob o capitalismo tardio em crise. Afinal, os processos de concentração, diferenciação e segmentação que estamos presenciando diante dos nossos olhos, ocorrem em “sociedades do trabalho”, cujas categorias de lucro, salário e preço têm ainda plenamente a sua dominância.

2. UM PANORAMA HISTÓRICO DA CONJUNTURA ECONÔMICA MUNDIAL NAS DÉCADAS DE 70 E 80

Os economistas das mais diversas tendências concordam que, entre 1974 e 1975, a economia capitalista internacional conheceu sua primeira recessão generalizada desde a Segunda Guerra Mundial.

A partir daí, ela entraria no que alguns autores chamam de “onda longa com tendência à estagnação”, caracterizada por uma sucessão de crises de superprodução e de períodos de retomadas (em 1972, Ernest Mandel publicou a sua obra clássica intitulada *Der Spaetkapitalismus*, ou, em português, *O capitalismo tardio*. Tal obra, escrita numa época em que a economia capitalista mundial estava dando sinais fortes de vigor – era a época dos “milagres econômicos” no Japão, no Brasil e em outros países – sustentava que o capitalismo tardio já tinha ultrapassado o zênite de sua fase ascendente e estava, desde o fim dos anos 60, mergulhado numa onda caracterizada por dificuldades econômicas (e sociais) crescentes. Os fatos logo a seguir, a partir de fins de 1973, demonstraram a “considerável presciência” e o “dom profético” de Mandel, como salientou Singer.¹²

Nessa perspectiva, a idéia de “longo período depressivo”, iniciado em 1973, não implica que não haja acumulação de capital. Pelo contrário, ela continua a ocorrer, evidentemente. Não há crise permanente. Há sempre períodos de recessão seguidos por períodos de retomada. Só que existem obstáculos que impedem que a economia capitalista global alcance taxas de crescimento médio comparáveis aos “anos gloriosos” do pós-guerra.

A primeira recessão generalizada nos países capitalistas centrais ocorreu em 1974/1975, outra em 1981/82, e uma retomada após essa última, que durou de 1983 a 1990. Mesmo durante o período denominado “fordista”, caracterizado por uma “onda longa expansiva”, que começou nos Estados Unidos em 1940, na Europa Ocidental e no Japão em 1948, e durou até o final dos anos 60, ocorreram várias crises de superprodução (em 1949, 1953, 1958, 1961 e 1970). Só que a amplitude de tais recessões econômicas eram limitadas – a primeira recessão a golpear simultaneamente todos os países capitalistas centrais (e precisamente por isso mais grave) foi a de 1974-1975.

¹²SINGER, Paul, “Apresentação”, in MANDEL, Ernest, *O capitalismo tardio*, Abril Cultural, Os Pensadores, 1982.

Outrora, a dessincronização do ciclo industrial no período 1948-1968 reduziu a amplitude das recessões. Com a sincronização internacional dos movimentos conjunturais nos principais países capitalistas centrais, em 1974-1975, ocorreu a amplificação do movimento de retração da atividade econômica.¹³

A sincronização internacional do ciclo industrial vincula-se, como destacou Mandel, às profundas transformações econômicas que se produziram no curso do longo período de expansão capitalista do pós-guerra. Tal expansão deu um poderoso impulso a um novo avanço das forças produtivas, a uma nova revolução tecnológica (a denominada Terceira Revolução Tecnológica), que acentuou, principalmente, a concentração e a internacionalização da produção capitalista, além de gerar superlucros para os monopólios de ponta (as denominadas “rendas tecnológicas”).¹⁴

2.1 OS ANOS DOURADOS DO CAPITALISMO TARDIO

Depois da Segunda Guerra Mundial, o crescimento econômico nos países capitalistas desenvolvidos foi extraordinário. Nunca o capital tinha conhecido um período histórico caracterizado por tal crescimento excepcional da produção industrial e do comércio mundial. Nesse longo período de expansão econômica ocorrido no pós-guerra, particularmente nos EUA, Europa Ocidental e Japão, o “pleno emprego” permitiu o reforço do peso objetivo da classe operária nos países capitalistas centrais, através de suas organizações de massa, tais como sindicatos e partidos operários. Constituiu-se o que veio a ser denominado de *Welfare State* e o que veio a ser caracterizado, pelos teóricos da Escola da Regulação, de etapa “fordista-keynesiana”.

¹³MANDEL, Ernest *A crise do capital*, Editora Ensaio, 1990, p. 11.

¹⁴Idem, *O capitalismo tardio*, p. 127.

O denominado “compromisso fordista” realizava a conexão entre a produção de massa crescente e consumo de massa crescente. Tal compromisso global organizado entre patronato e sindicato, permitia a redistribuição dos ganhos de produtividade aos assalariados. Apesar de possuir variações de país para país (e até de regiões para regiões), o “compromisso fordista”, enquanto “modo de regulação” vitorioso durante o período de “onda longa expansiva” nos países capitalistas centrais, garantiu, entre outras coisas, uma legislação social referente ao salário mínimo, à generalização das convenções coletivas de trabalho, induzindo todos os capitalistas a conceder aos trabalhadores assalariados ganhos anuais de poder aquisitivo correspondentes ao crescimento da produtividade nacional; um *Welfare State*, ou seja, um sistema de previdência social desenvolvido, permitindo aos assalariados continuar como consumidores até no caso de estarem impedidos de “ganhar a vida” (doença, aposentadoria, velhice, etc.).¹⁵

Entretanto, alguns “mitos” precisam ser desfeitos sobre tal período “glorioso” da história do capitalismo ocidental.

Em primeiro lugar, tais benefícios sociais para a classe dos trabalhadores assalariados não foram “conquistas do fordismo” (ou dádivas conscientes de um “Estado-protetor” keynesiano com o objetivo de “fazer funcionar” o capitalismo que na época estava em crise). Tanto a legislação social quanto o Estado-providência foram conquistas operárias, produto da combatividade da classe operária numa conjuntura mundial específica (a derrota do fascismo pelas forças aliadas, a situação do pós-guerra e as injunções geopolíticas criadas pela “guerra fria”). Ou como destacou Lipietz, “*o preço do sangue de Adalen, na Suécia, das lutas do novo sindicato CIO, sob Roosevelt, o preço do sangue da Resistência francesa ou itali-*

¹⁵BOYER, Robert, The transformation of the capital - labour relation and wage formation in eight OECD countries during the eighties Apud Cândido Guerra, “O Fordismo, sua crise e o caso brasileiro”, *Cadernos do Cesit*, UNICAMP, 1993.

ana, da tenacidade da classe operária britânica sob o Blitz”.¹⁶ Tais avanços sociais confluíram com os interesses reformistas de uma fração mais avançada do patronato. Portanto, é por possuir uma gênese histórica vinculada às lutas operárias concretas num contexto geopolítico bastante tenso (e específico) que tal “modo de regulação” conheceu graus diferenciados de desenvolvimento, segundo o país.

Em segundo lugar, nem todos foram atingidos pelos benefícios do fordismo, havendo sinais significativos de insatisfação, mesmo no apogeu do sistema. Tal insatisfação, variável conforme a flutuação da economia, atingia aqueles amplos segmentos da força de trabalho e certos setores da economia – tais como o “setor competitivo”, cuja diversificação fazia com que o trabalho ficasse longe de ter privilégios. Mesmo sob o “fordismo”, o mercado de trabalho se dividia entre um “setor monopolista”, mais privilegiado, e um “setor competitivo”, de baixos salários e de fraca garantia de emprego.¹⁷ Havia uma divisão entre uma força de trabalho predominantemente branca, masculina e fortemente sindicalizada e o “resto” – as minorias excluídas, os negros, as mulheres, os desprivilegiados. Tais desigualdades produziram fortes tensões sociais e amplos movimentos sociais levados a cabo pelos “excluídos” ou “minorias” cujo acesso ao emprego privilegiado era mediado, geralmente, pelos critérios de raça, de gênero ou de origem étnica (o movimento pelos direitos civis dos negros e o movimento feminista na década de 1960 nos EUA, por exemplo, comprovam que, mesmo no apogeu do capitalismo em expansão, havia uma vigorosa insatisfação de segmentos da força de trabalho que não tinham acesso às tão louvadas alegrias do consumo de massa).¹⁸ Na época, apenas alguns intelectuais, tais como Herbert Marcuse contestavam, mais diretamente, o *american way*

¹⁶LIPIETZ, Alain, *Audácia – uma alternativa para o século 21*, Nobel, 1991.

¹⁷O’CONNOR, James, *USA – A crise do Estado capitalista*, Paz e Terra, 1977.

¹⁸HARVEY, David, *op. cit.*, p. 132.

of life, ou o que Lipietz denominou de “modelo produtivista e hedonista”, ou seja, fundado na busca da felicidade através do aumento das mercadorias consumidas por todos.¹⁹ (Em 1964, Marcuse publicou o clássico *One-dimensional man - studies in the ideology of advanced industrial society*, traduzido em português como *A ideologia da sociedade industrial - o homem unidimensional*).

2.2 A INTERNACIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CAPITALISTA

Durante o período do pós-guerra, sob a vigência da “onda longa expansiva”, ocorreu o desenvolvimento das corporações transnacionais, que estenderam sua esfera de atividade para vários países e a quase todos os setores da indústria de transformação propriamente dita (e, inclusive, dos serviços). A partir da década de 70 e 80, podemos dizer que o capital – seja sob a forma de capital-mercadoria, capital-dinheiro e capital produtivo, tornou-se, de fato, uma entidade global. A culminância de tal processo de internacionalização da produção capitalista foi o notável desenvolvimento do capital bancário, de caráter global, o que significou a internacionalização dos mercados monetários e financeiros (e da própria supremacia do capital financeiro internacional), ocorridos nas últimas décadas (a constituição do “euromercado” propiciou a criação e estruturação de um mercado mundial do dinheiro). Por outro lado, a expansão global dos créditos privados, cuja expressão é dada pelo notável endividamento dos países do capitalismo “periférico”, tendem a introduzir um novo elemento de instabilidade no sistema capitalista global.²⁰

¹⁹ LIPIETZ Alain, *op. cit.*, p. 32.

²⁰ É interessante a observação do prof. Robert Triffin em meados da década de 70: “A internacionalização dos mercados de eurodivisas e das sociedades multinacionais, tornou a gestão da economia mundial pelos governos e instituições internacionais mais e mais difícil. O setor privado se

A internacionalização de todos os circuitos do capital e a globalização da produção capitalista, através das corporações transnacionais, só se viabilizaram graças à sustentação tecnológica propiciada pelo desenvolvimento da micro eletrônica e das tecnologias de telecomunicações, oriundas da Terceira Revolução Tecnológica (emergente no período de expansão “fordista-keynesiano” e que se prolongou no decorrer da “grande crise”). A invenção do microprocessador, em 1971, eliminou as dificuldades técnicas e sobretudo os obstáculos econômicos à aplicação da regulação eletrônica a uma enorme variedade de processos produtivos. Além de pequeno e flexível, o microprocessador é muito barato, tornando, pela primeira vez, a automação economicamente viável em quase todas as esferas da produção material e de serviços. Por outro lado, as novas tecnologias de informação reduziram drasticamente o tempo e os custos de comunicação internacional, capacitando o gerenciamento e a coordenação de atividades desenvolvidas em escala mundial por estruturas corporativas globais.²¹

A intensificação da concorrência internacional, provocada pela “grande crise” em meados da década de 70, conduziu a uma maior concentração e centralização do capital, tanto industrial, quanto financeiro. Aprofundaram-se as tendências constitutivas próprias do capitalismo monopolista, dominantes desde o final do século passado. Fechou-se o círculo de vigência global do capital. A economia mundial passou a ser dirigida por corporações industriais e bancos transnacionais gigantescos que exercem seu controle graças à sua

ajustou à interdependência crescente da economia mundial; o setor público não tem feito o mesmo.” (in **Business Week**, 3.10.1977 Apud Mandel, Ernest, *A crise do capital*, p. 78). Ao constatar tal fato, o Prof. Triffin renunciava a ascensão das políticas neoliberais na década de 80 que, de certo modo, estavam voltadas para os ajustes necessários do setor público à tal globalização da economia capitalista.

²¹CASTELLS, Manuel, “High technology and the new international division of labour”, in **Labour and Society**, 1989, p. 9.

força oligopólica. Tais “oligopólios globais” são partes operativas de uma nova racionalidade e estrutura de poder internacional, que buscam, em suas estratégias globais, desenhar o arranjo que otimize a alocação de recursos em escala mundial. Inclusive, um dos componentes estruturais da estratégia de concorrência do capital global nascente é a exigência da liberalização do comércio internacional e a criação de mercados regionais amplos, visando dinamizar os fluxos de comércio dentro de áreas privilegiadas (NAFTA, Comunidade Européia e Mercosul). Esses grandes espaços econômicos tenderão a colocar como exigência para as empresas globais uma reestruturação industrial que passe a reavaliar as operações (e as vantagens locacionais) de suas unidades produtivas espalhadas pelo mundo, muitas das quais anteriormente implantadas para suprir mercados domésticos.

Por outro lado, como salientam inúmeros autores, o denominado “capitalismo global” põe a necessidade de uma revisão fundamental do conceito de Estado, até agora ligado à idéia de nação e de governo nacional. Tornou-se necessário pensar num Estado global emergente, enquanto forma de regulação para uma economia global efetiva. Tais rudimentos deste Estado global podem ser encontrados, por exemplo, nos experimentos da *Comissão Trilateral*.²² Além disso, diante dessa nova realidade, o FMI e o Banco Mundial passam a ter um papel burocrático importante no contexto do capitalismo

²²A *Trilateral* é uma organização discreta onde se encontram influentes dirigentes dos centros do capitalismo desenvolvido (Estados Unidos, Japão e Europa Ocidental) e que passou a promover, a partir de 1975, uma série de reuniões de cúpula, onde executivos das multinacionais e homens de governo tentam elaborar uma estratégia mundial que atenuie as contradições interimperialistas e que amplie a integração econômica mundial segundo as exigências do grande capital em expansão. (ver “Dossiê: A Trilateral ou a contra-ofensiva do imperialismo”, In **Temas de Ciências Humanas**, n. 8, p. 1-39).

internacional, buscando desenvolver uma orientação normativa para as inversões do capital global.²³

Portanto, a internacionalização da produção capitalista, a concentração e centralização do capital em escala internacional, a exacerbação do comércio internacional (com a incorporação de parceiros significativos da “periferia” capitalista, tais como os denominados *NIC's - newly industrialising countries* ou os “novos países industrializados”) vieram a compor, principalmente a partir das últimas décadas, uma “nova realidade” global. Tal denominada “sociedade global” teria, como traço fundante (e fundamental), em nível da materialidade da economia política, os fluxos contínuos de capitais deslocando-se livremente e com grande flexibilidade em direção às alternativas de maior rentabilidade, distribuídas por um efetivo mercado mundial.

Essa “nova realidade” tendeu a propiciar a rápida (des)integração dos mercados nacionais e colocar uma série de potenciais contradições e desajustes na economia política mundial. Segundo os teóricos regulacionistas, tal profunda internacionalização da produção capitalista teve um impacto significativo no poder de regulação macroeconômica das economias nacionais. Para outros autores, como Mandel, por exemplo, a natureza da crise seria de outra ordem. Na verdade, para ele, tal “desajuste estrutural” é próprio do funcionamento fundamentalmente contraditório do sistema, além disso é um mecanismo normal e inevitável da concorrência capitalista (o que significa que a idéia de uma “regulação” do sistema capitalista seria, no fundo utópica, pois não levaria em conta, as contradições derivadas do domínio da lei do valor, de um lado, e do resultado incerto da luta de classes, de outro).²⁴

²³Um amplo panorama da configuração de tal “sociedade capitalista global” é dado por IANNI, Octávio em sua obra *A sociedade global*, publicado em 1992.

²⁴MANDEL, Ernest, *A crise do capital*, p. 207.

Mandel reconhece a notável contradição entre internacionalização da produção e políticas econômicas limitadas, no essencial, às fronteiras nacionais, mas a causa fundamental (e profunda) da recessão generalizada da economia capitalista internacional residiria, para ele, no conseqüente esgotamento da “onda longa expansiva”, cuja maior evidência residiria, principalmente, nas “*dificuldades crescentes para o capital em compensar a elevação da composição orgânica do capital por uma alta contínua da taxa média de lucros*”. Tal queda tendencial da taxa de lucros, que determinou a inversão da “onda longa” a partir do final da década de 60 (e cujos prenúncios, portanto, já tinham sido constatados nos primórdios da década de 1970, antes mesmo da alta do preço do petróleo, em 1973, pelo crescimento regular da capacidade ociosa de produção da indústria dos principais países capitalistas),²⁵ tendeu a ser reforçada pela crescente combatividade da classe operária em garantir direitos sociais e trabalhistas no bojo do *Welfare State*. Nessa época, tivemos uma verdadeira crise social, caracterizada pela proliferação dos conflitos distributivos que afligiu a maioria dos países capitalistas centrais e cuja maior evidência foi dado pelo incremento do poder sindical. É desse período a crescente combatividade operária e estudantil, simbolizado pelo Maio de 68 na França, pelo Maio “ras-tejante” na Itália, pelo crescimento espetacular das lutas operárias na Grã-Bretanha e Espanha, fenômenos que se estenderão cedo ou tarde à RFA, ao Japão e aos Estados Unidos, no decorrer da década de 70 (nessa época Harry Braverman publicou o seu estudo clássico intitulado *Labor and monopoly capital* (1974), cuja versão em português chama-se *Trabalho e capital monopolista – a degradação do trabalho no século XX*. Tal obra abrirá uma extensa polêmica entre os estudiosos da sociologia do trabalho. Surge num momento avançado da crise da “organização taylorista do trabalho”, cuja fragilidade dos princípios fora revelada, mesmo no contexto de relativo

²⁵Idem, *op. cit.*, p. 26.

“pleno emprego” de fins da década de 60, por uma onda mundial de revoltas ou de “microconflitualidades”, nas empresas ou nos escritórios.).

2.3 A ERA DA COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL CAPITALISTA

Podemos constatar algo que ninguém poderia negar – num contexto de diminuição durável do crescimento econômico, de queda da lucratividade das grandes corporações industriais transnacionais, acirrou-se, a partir da década de 70, a competição internacional. O Japão e a Europa Ocidental, cujo esforço de recuperação do pós-guerra tinha-se completado e seu mercado interno estava saturado já em fins da década de 60, procuravam criar mercados de exportação para os seus excedentes. Nessa época, por outro lado, difundiu-se uma onda de industrialização fordista competitiva na periferia do capitalismo internacional, onde o contrato social com o trabalho era fracamente respeitado ou inexistente (América Latina e o Sudeste Asiático, principalmente, onde tinha ocorrido o primeiro grande movimento das corporações transnacionais em direção a tais ambientes inteiramente novos.)

No caso do Sudeste Asiático, alguns países emergiram como parceiros significativos no comércio mundial (os denominados “Tigres Asiáticos”) – Hong Kong, Singapura, Malásia e Coréia do Sul. Tais avanços da industrialização nos países do Leste Asiático ameaçaria importantes setores industriais do centro capitalista (mesmo enquanto as taxas de crescimento médio caíam para o conjunto da economia capitalista internacional, aumentaram para uma série de países do Sudeste Asiático, particularmente nos primórdios da década de 80).

No caso da América Latina, alguns países, tais como Brasil, México e Colômbia, entre outros, prosseguiram, no curso da década

de 70, em um processo de industrialização significativo que modificou o seu lugar no mercado mundial. Inclusive, o Brasil veio a se tornar paradigma para o tipo de industrialização vigente entre “os mais desenvolvidos dos países subdesenvolvidos”. Numa expressão utilizada por Salama, construiu-se o “modelo de desenvolvimento à brasileira”, ou seja, o denominado “milagre brasileiro” tornou-se um padrão de desenvolvimento industrial baseado na superexploração da classe operária, uma pauperização do campesinato sem recursos e um mercado interno que cobre somente um quinto da nação (constituído basicamente pela grande e média burguesias, novas classes médias e campesinato rico).²⁶

Tal reestruturação da produção capitalista modificou o que alguns autores chamam de divisão internacional do trabalho. Um número crescente de corporações transnacionais impulsionou o deslocamento de centros de produção para os países com salários médios ou mais baixos e/ou de preços de matérias primas menos elevados. Tal movimento do capital tendeu a ser interpretado, pela “teoria da nova divisão internacional do trabalho” (difundida por Frobel, Henricks e Kreye), como a “desindustrialização” dos países capitalistas centrais, o que significaria que países como Grã-Bretanha, Estados Unidos, Bélgica, Suíça e mesmo Alemanha e Itália estariam a ponto de transformarem-se em “economias pós-industriais de serviço” (na acepção de Daniel Bell). Assim, o proletariado industrial destes países estaria, irremediavelmente, condenado a desaparecer.²⁷

Alguns autores procuraram criticar, principalmente, a idéia de que uma suposta “nova divisão internacional do trabalho” signifique o fim do proletariado industrial nos países capitalistas centrais. Em primeiro lugar, ressaltam que as novas tecnologias, cu-

²⁶SALAMA, Pierre, “Vers un nouveau modèle d’accumulation”, In *Critique de l’Economie Politique*, n. 16-17, abr.-set. 1974.

²⁷PROBEL, F., HENRICKS, J., e KREYE, O., *The new international division of labour*, 1980 Apud CASTELLS, Manuel, “High Technology and the new international division of labour”, In *Labour and society*, 1989.

jas indústrias permanecem ainda nos países capitalistas centrais, como as indústrias do “complexo eletrônico”, necessitam enormemente de produtos manufaturados por mão-de-obra. Inclusive, tais tipos de indústria vinculados à nova tecnologia são menos automatizados do que, por exemplo, a indústria têxtil ou do que a indústria alimentar ultramoderna. Disse Mandel: “Nos Estados Unidos, a eletrônica emprega 2,6 milhões de assalariados, índice superior ao da indústria automobilística”.²⁸ Portanto, o fato das indústrias tradicionais estarem sendo substituídas nos países capitalistas centrais por indústrias próprias da Terceira Revolução Tecnológica, como o “complexo eletrônico”, não poderia significar que tais países capitalistas estejam adotando “economias pós-industriais” (ou que o proletariado industrial estaria desaparecendo por completo).

Depois, só se justificaria falarmos em “desindustrialização” se concebermos que a robótica e a informática sejam utilizadas ao máximo no processo produtivo nos EUA e Europa, sendo que tais instrumentos eletrônicos de alta precisão teriam sido fabricados no Japão e na Ásia. Ora, a automação e a robótica, reduzindo a pouca coisa os custos salariais nos custos totais da produção, iriam permitir uma “volta” da indústria para as velhas metrópoles capitalistas. Deste modo, como ressalta Mandel, fábricas têxteis suíças altamente automatizadas seriam novamente competitivas em relação às fábricas de Hong Kong e de Formosa.²⁹

A teoria da “relocalização industrial rumo ao Norte”, que surge como contraponto à “teoria da nova divisão internacional do trabalho”, destaca que as corporações industriais tenderão a serem realocadas no centro capitalista, abandonando a “periferia” capitalista, abundante em mão-de-obra barata, tendo em vista as novas bases da competitividade internacional, postas pelas novas tecnologias microeletrônicas.³⁰ Nesse caso, o “Terceiro Mundo” teria perdido seu

²⁸MANDEL, Ernest, *A crise do capital*, p. 225.

²⁹Idem, *op. cit.*, p. 255.

³⁰RADA, Juan F., *The impact of microelectronics*, 1982 Apud CAS-

atrativo enquanto fonte de mão-de-obra barata para os países capitalistas centrais. Ou ainda: indústrias tão diversificadas, como as de automóveis e eletrodomésticos, por exemplo, tenderão a instalar processos de produção cada vez mais complexos – e intensivas em capital (e não em trabalho) – não apenas nos países capitalistas desenvolvidos, mas em países capitalistas periféricos, abundantes em mão-de-obra “barata”.³¹

A acirrada competição internacional tendeu a desafiar a hegemonia econômica norte-americana no mercado mundial à medida que Japão, Europa Ocidental, seguido pelos denominados “Tigres Asiáticos” e alguns países da América Latina entraram no jogo comercial. De fato, desde meados da década de 60, a economia norte-americana apresentava problemas de natureza fiscal, indicados pela queda da produtividade e da lucratividade das corporações industriais (no início da década de 70, James O’Connor publicou um estudo clássico intitulado *The fiscal crisis of the state*, 1973, publicado em português como *USA: a crise do estado Capitalista*). O crescimento da inflação, a perda da competitividade internacional dos produtos norte-americanos, a contração do crédito no período 1966-1967 (e a formação do mercado do eurodólar) tenderam a solapar o papel do dólar como moeda-reserva internacional estável. A culminação de tal processo foi a derrocada do acordo de Bretton Woods, em 1971, e a desvalorização do dólar em 1973, criando uma crise monetária internacional. A partir daí, taxas de câmbio flutuantes e, muitas vezes, voláteis, substituíram as taxas fixas da expansão “fordista” do pós-guerra. Foi em tal contexto que declarou-se a guerra comercial entre as economias capitalistas mais desenvolvidas.

TELLS, Manuel, “High Technology and the new international division of labour”, In **Labour and Society**, 1989.

³¹SHAIKEN, Harley, “Tecnologia e organização do trabalho na indústria automobilística mundial: um estudo de caso de fabricação avançada no México e nos Estados Unidos”, in MELO SOARES, R. M. S. de, (org.), *Gestão da empresa, automação e competitividade*, IPEA/IPLAN, 1990.

2.4 A REESTRUTURAÇÃO INDUSTRIAL

Tal crise monetária e o próprio choque do petróleo em 1973 (que exigiu que cada país exportasse mais para pagar sua fatura energética) colocou, para vários países capitalistas desenvolvidos, a necessidade de ajustes macroeconômicos, e para as grandes corporações transnacionais, a exigência de uma reestruturação industrial capaz de recuperar a queda da rentabilidade – tal processo de reestruturação da produção capitalista mundial, como já salientamos, significou um maior aprofundamento da internacionalização da produção – ou seja, a expansão das corporações transnacionais para novos ambientes (tais como Sudeste Asiático e América Latina).

Foi nessa época, numa conjuntura de crescente competitividade comercial, caracterizada por instabilidade monetária e financeira no circuito internacional do capital, que alguns países capitalistas centrais saíram na liderança de uma reestruturação industrial propriamente dita, buscando vencer a batalha pelo domínio do mercado mundial – foi o caso do Japão. Este, que se tornara, ao lado da Alemanha e dos “novos países industrializados” um dos grandes competidores no comércio internacional no decorrer da década de 70, empreendeu uma série de ajustes macroeconômicos, que viabilizaram uma política industrial explícita e de longo prazo que o tornariam em meados da próxima década, a maior potência industrial do mundo capitalista.

Cada país capitalista enfrentou tais questões de forma muito diferenciada, conforme a sua inserção no mercado mundial, sua posição industrial, comercial e financeira, a própria relação histórica entre a burocracia do Estado, os bancos e as grandes empresas e a correlação de forças políticas e sociais vigentes entre as classes e grupos de interesses (as políticas de ajuste e reestruturação tiveram feições diversas entre, de um lado, Inglaterra e EUA, e do outro, Japão e Alemanha – denominados países de “capitalismo organizado e regulado”. Cabe ao primeiro grupo de países, que tendeu a universalizar

políticas neoliberais de ajuste e desregulação, um sucesso relativamente menor, em comparação com o segundo grupo, Japão e Alemanha, “países de capitalismo regulado”).³²

2.5 A RECESSÃO DE 1980-83 - A OFENSIVA NEOLIBERAL

O período de 1974-1975 nos países capitalistas centrais foi um período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho, em condições bastante favoráveis para o capital, tendo em vista que a recessão global tendia a promover um desemprego massivo, que de certo modo debilitava o poder sindical e permitia aos capitalistas impor contratos de trabalho mais flexíveis. Tal situação geral propiciou um efeito benéfico sobre os lucros capitalistas. Além disso, os enormes *déficits* orçamentários e o crédito barato (que propiciou o crescimento acelerado da massa monetária) contribuíram para a retomada do crescimento econômico na conjuntura de 1976-1979.

Entretanto, as velhas receitas de “apoio à demanda interna”, de cariz keynesiano, tenderam a acentuar a inflação. O crescimento da lucratividade das grandes empresas capitalistas não se sustentou – foi desigual, por países e setores, não-acumulativa e hesitante. Além disso, os conflitos sociais levados a cabo pelos sindicatos operários procuravam intervir na repartição dos custos da crise. São de tal época as lutas operárias na Inglaterra, Alemanha e EUA, procurando manter o nível do salário real (em 1976 ocorreu a publicação de um estudo clássico que inaugurou a Teoria da Regulação Francesa, *Régulation et crises du capitalisme - l'expérience des États-Unis* de Michel Aglietta).

³²TAVARES, Maria da Conceição, “Ajuste e Reestruturação nos Países Capitalistas Centrais”, In **Economia e Sociedade**, Revista do IE/UNICAMP, p. 41-42.

Deste modo, as políticas de recuperação econômica tipicamente keynesiana demonstraram seus limites objetivos diante da agudização da crise fiscal do Estado (tais políticas tinham se mostrado inflacionárias à medida em que as despesas públicas cresciam e a capacidade fiscal estagnava). Em 1979 ocorreu a primeira reviravolta – presenciamos a denominada “contra-revolução antikeynesiana” com a vigência de políticas neoliberais. Tais políticas de ajuste macroeconômico pioraram mais ainda a situação das finanças públicas – principalmente nos EUA e Inglaterra. A solução para a crise propugnada pelos políticos neoliberais era totalmente inversa da adotada no período anterior (de 1974-1975), ou seja, seria preciso para eles, como destacou Lipietz, “*apertar o crédito para eliminar os claudicantes e selecionar as empresas do futuro, dismantelar a legislação social para restabelecer os lucros e, ‘portanto’, os investimentos*”.³³ Tal era a solução “monetarista”, que apostava na “mão invisível do mercado” que haveria de encontrar uma saída para a crise.

Tal “contra-revolução anti-keynesiana” se impôs ao resto do mundo, inclusive à França, na época governada pelos socialistas. A fase “monetarista”, iniciada em 1980, tendeu a promover uma nova recessão econômica generalizada – o enfraquecimento da produção industrial, a escassez de mercados (com a busca desesperada de “mercados de substituição” particularmente a Ásia do Leste e do Sudeste e sobretudo, o “mercado de substituição” clássico que é o rearmamento, conforme ressaltou Mandel),³⁴ o aperto de crédito bancário (com a alta das taxas de juros), a desaceleração da atividade econômica para diminuir o déficit público – enfim, recessão, falências, desemprego crescente (no bojo de tal política monetarista, o ataque virulento ao “Estado-providência”, ataque às conquistas operárias como pré-condição para a criação de novas condições de acumulação).

³³LIPIETZ, Alain, *op. cit.*, p. 47.

³⁴MANDEL, Ernest, *A crise do capital*, p. 178.

Tal segunda recessão generalizada nos países capitalistas centrais tendeu a aprofundar os processos de racionalização, reestruturação e intensificação do controle da força de trabalho (vigentes desde a última recessão de 1974-1975). Uma diversificada literatura sociológica e econômica procurou demonstrar que a crise capitalista aprofundou ainda mais a radical reestruturação do mercado de trabalho, com o crescente uso de trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado, numa conjuntura de crescente desemprego estrutural (nessa época, André Gorz publica o livro *Adieux au prolétariat*, 1980, intitulado entre nós, *Adeus ao proletariado*. Anos depois, em plena crise, Claus Offe apresenta, na abertura da Sociedade Alemã de Sociologia, em 1982, um *paper* intitulado *Arbeit als soziologische Schlüsselkategorie?*, publicado em português como “Trabalho: a categoria sociológica chave?”).

Uma série de autores, principalmente os teóricos do “pós-fordismo”, procuraram enfatizar o fato de que a transformação da estrutura do mercado de trabalho foi seguida por mudanças importantes na organização industrial, com a utilização crescente, por parte das grandes empresas, de subcontratação (o que permitiu a formação de pequenos negócios, pequenas empresas que atendem às encomendas do capital transnacional). O florescimento de pequenos negócios subcontratados pelo grande capital, com o retorno de sistemas de trabalho doméstico e familiar, têm um profundo efeito sobre o modo de controle do trabalho e do emprego. Além disso, surgem novas técnicas e novas formas organizacionais de produção que põem em risco os negócios de organização tradicional. Ocorrem, principalmente nos países capitalistas que adotaram ajustes macroeconômicos de cariz neoliberal (EUA e Inglaterra, por exemplo) uma onda de falências, fechamento de fábricas, “desindustrialização” e reestruturações, além de fusões e diversificações corporativas. Como destacou Harvey, “as companhias americanas gastaram 22 bilhões de dólares comprando umas às outras em 1977, mas, por volta de 1981,

a cifra chegara a 82 bilhões, alcançando, em 1985, um extraordinário pico de 180 bilhões”.³⁵

Segundo os teóricos “pós-fordistas”, é nesse período que as grandes corporações industriais, como estratégia de sobrevivência, incrementam a capacidade de flexibilidade e mobilidade do capital, como um dos meios de recuperar a lucratividade decrescente em condições de acirrada competição internacional. Dentre tais estratégias de sobrevivência corporativa, incrementadas na década de 80, temos, além das inovações tecnológicas e gerenciais, das fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital, um novo aprofundamento da dispersão geográfica da produção industrial para zonas de controle do trabalho mais fácil e a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado (uma maior flexibilidade da produção e a passagem de uma economia de escala para uma economia de escopo foi propiciada pela difusão de novas tecnologias microeletrônicas, tais como a automação integrada flexível, que permitiu, por exemplo, a aceleração do ritmo de inovação do produto).

Enfim, era preciso superar uma série de obstáculos tendenciais à valorização do capital, o que significou, para vários países capitalistas a formulação de políticas industriais (ou ajustes macroeconômicos), que pudessem superar, do ponto de vista da organização produtiva, toda uma série de problemas de “rigidez” vinculada aos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo, aos mercados, alocação e contratos de trabalho (especialmente no denominado “setor monopolista”), aos compromissos do Estado (os programas de assistência tais como seguridade social, direitos de pensão, etc).

No decorrer das sucessivas recessões econômicas – particularmente a de 1974/75 e 1980-82, tal (re)posição da subordinação da força de trabalho nos países capitalistas centrais ocorreria pelos mecanismos internos (e tradicionais) à própria lógica das crise capi-

³⁵HARVEY, David *op. cit.*, p. 150.

talistas. O desemprego massivo, de caráter estrutural, tenderia a aumentar a “disciplina do trabalho” (e a própria erosão da base sindical) , o que teve, certamente, um efeito benéfico sobre os lucros capitalistas.

2.6 O “BOOM” ECONÔMICO DE 1983-1990 - COORDENAÇÃO POLÍTICA E INOVAÇÃO TÉCNICA

A partir de 1983 ocorre uma nova reviravolta com a adoção de um “monetarismo híbrido” (ou, na expressão de Tavares, um “ne-keynesianismo bélico” adotado por Reagan).³⁶ O FED – o banco central norte-americano, impôs uma súbita política de juros altos. Tal mudança de política econômica nos EUA terá um impacto no resto do mundo capitalista desenvolvido (ou seja, a política de Reagan era, basicamente, aquecer a demanda interna por meio do crescimento do déficit orçamentário, via crescimento dos gastos militares). A expansão norte-americana, por meio da “diplomacia do dólar forte”, significará uma nova retomada para a economia internacional, particularmente para o centro capitalista mais desenvolvido. Os EUA serão a “locomotiva comercial” do mundo capitalista, acirrando nos seus parceiros da Ásia e da Europa a luta competitiva pelo mercado norte-americano.

No entanto, tal retomada de crescimento econômico nos EUA é potencialmente contraditória – ocorre o afluxo de capitais estrangeiros para os EUA (em virtude do diferencial da taxa de juros reais americanas com relação às da Europa e do Japão). Uma taxa de inflação mais elevada nos Estados Unidos e a cotação de câmbio elevada do dólar significou o preço de venda não-competitivo dos produtos industriais norte-americanos em relação aos de outros países exportadores de bens manufaturados. Ocorre um enorme “boom” de exportações do Japão, da RFA, e de outros países capitalistas para

³⁶TAVARES, Maria da Conceição, *op. cit.*, p. 43.

os EUA, estimulando, como já destacamos, uma nova expansão do comércio mundial.

Ora, tal fato contribuiu para um esforço muito maior da Europa continental e da Ásia em aprofundar seus processos de transformação industrial e de melhor inserção internacional. É no bojo de tal incremento do comércio mundial, num ambiente global de constante instabilidade monetária e financeira, que ocorre um verdadeiro “boom” das inovações tecnológicas na produção.

Outrossim, significou um crescimento espetacular do *déficit* na balança comercial norte-americana. Pela primeira vez em sua história, em 1984, os EUA importaram mais produtos manufaturados dessas nações do que exportaram para elas mercadorias industriais.³⁷ No entanto, a deterioração da posição competitiva do capital norte-americano não pode ser explicada essencialmente, nem pela realocização internacional da produção das corporações industriais, nem pela alta do dólar, mas sim pelo fato de a produtividade do trabalho industrial progredir mais lentamente nos EUA do que entre os principais concorrentes da indústria americana (isto mesmo antes da alta do dólar em 1984). É dessa época a brusca crise das indústrias de alta tecnologia nos EUA, localizadas no Vale do Silício na Califórnia – como salientou Mandel, “*japoneses e sul-coreanos superaram o Vale do Silício com custos de produção mais baixos, não somente em função de salários inferiores como também, e cada vez mais, de produção mais organizada, automatizada, contínua e controlada do ponto de vista de fluxo de materiais e estoque, etc.*”³⁸ Enfim, qualquer panóplia das “novas tecnologias” não serve muito se não permitir vender a melhor preço do que o concorrente.

Por outro lado, durante tal período tivemos o que alguns autores chamam de “crescimento virtuoso” da economia mundial (de 1983 a 1990), caracterizado, basicamente, por uma “*capacidade política*

³⁷Idem, *A crise do capital*, p. 250.

³⁸Idem, *op. cit.*, 252.

de coordenar, com credibilidade, a estabilidade macroeconômica e, de outro lado, a aceleração da acumulação produtiva do capital com inovação” – inovações técnicas, sociais e gerenciais³⁹ (em 1984, seria publicado a obra *The second industrial divide - possibilities for prosperity*, de Michael J. Piore e Charles F. Sabel. Outra obra que trata das consequências sociais da “Segunda Revolução Industrial” foi lançada, em 1985, por Adam Schaff, intitulada *Wohin führt der Weg* – traduzida em português como *A sociedade informática*).

Portanto, é nesse período, em meados da década de 80, principalmente, que tende a prevalecer a discussão sobre os novos paradigmas tecnológicos vigentes particularmente nos países capitalistas cujos ajustes macroeconômicos e reestruturação industrial foram bem-sucedidos em termos relativos nos últimos anos – particularmente Japão e Alemanha (onde a produtividade do trabalho cresceu mais do que a dos EUA nos últimos decênios).

Foi a partir deste grupo de países capitalistas centrais que surgiram os novos “modelos” para uma pretensa etapa “pós-fordista”, capaz de (re)compor uma acumulação capitalista sob novas bases hegemônicas (o modelo toyotista, kalmariano, ou de especialização flexível). Enfim, tais países seriam os promotores do novo paradigma industrial, caracterizado pela automação integrada flexível .

Tal fato teve um impacto imediato no pensamento social contemporâneo na década de 80. De certo modo, propiciou o surgimento, no interior do pensamento sociológico de um debate vigoroso sobre a natureza das inovações econômicas (técnicas, organizacionais e financeiras) no interior do capitalismo tardio em crise. Enfim, será que estaríamos assistindo, nas últimas décadas do século XX, à gestação de um novo “regime de acumulação” denominado por alguns de “pós-fordista” ou de “especialização flexível” radicalmente diferente dos “princípios centrais do fordismo”? (ou tomando

³⁹COUTINHO, Luciano, “A terceira revolução industrial e tecnológica: as grandes tendências de mudança”, in *Revista Economia e Sociedade*, Revista do IE, UNICAMP, 1992.

como exemplo maior o Japão, pode-se dizer que os métodos e as práticas japonesas significam uma ruptura com o fordismo?). Esta questão tornou-se objeto de discussão para a sociologia do trabalho na década de 80, principalmente nos EUA e Inglaterra (em 1991, foi publicado o estudo clássico *Penser à l'envers*, de Benjamin Coriat, onde o sociólogo francês faz uma análise comparativa entre os métodos americanos de produção – taylorismo e fordismo, e os métodos de produção japoneses).

3. OS IMPACTOS OBJETIVOS DA CRISE DO CAPITAL SOBRE A MATERIALIDADE DO TRABALHO

Procuraremos sistematizar, em linhas gerais, o que consideramos serem os impactos de tal desenvolvimento da conjuntura de crise capitalista sobre o mundo da materialidade do trabalho (no decorrer da exposição do panorama histórico da conjuntura da economia mundial nas décadas de 70 e 80 chegamos a indicar alguns desses impactos).

Os impactos objetivos da crise capitalista sobre a materialidade do trabalho são diferenciados, desiguais e cumulativos tanto entre países, quanto entre setores. De início, é preciso esclarecer que, por “grande crise” capitalista entendemos não apenas os períodos de recessão generalizada, de caráter cíclico, mas os períodos de retomada econômica que ocorrem no interior de uma “onda longa de tendência depressiva” (tais como a de 1975-1979 e o de 1983-1990). Mesmo nesses períodos de crescimento econômico, a lucratividade do capital tende a não ser sustentável, por um longo período, o que o leva a promover, sob diversas formas, reestruturações na organização das indústrias ou no mercado de trabalho – ou ainda na esfera político-institucional, visando criar novas condições para a acumulação do capital.

3.1 A DIFUSÃO DO DESEMPREGO ESTRUTURAL

O principal impacto imediato (e durável) da crise estrutural do capitalismo tardio sobre o “mundo do trabalho” é o surgimento nos países capitalistas centrais, logo após a primeira recessão generalizada em 1974/75, de um desemprego massivo, que se mantém mesmo nos períodos de crescimento econômico tal como o de 1976-1979 e 1983-1990.

O enfraquecimento geral, e a longo prazo, do crescimento econômico não pode mais ser considerado um dos principais fatores que explicam essa elevação constante do desemprego nos países capitalistas centrais. A década de 80 demonstrou que o desemprego massivo nestes países, não está vinculado apenas à dinâmica dos ciclos industriais, mas possui componentes estruturais. De fato, um impulso tecnológico pronunciado, isto é, um crescimento constante da produtividade média do trabalho ocorrido nas últimas décadas contribuiu para a manutenção dos índices de desemprego, mesmo em períodos de considerável crescimento econômico. Se o número de desempregados aumenta bastante no período de recessão, tende a não recuar no período de retomada, enquanto este continuar moderado (tal como ocorreu com a de 1976-1979). E mesmo no período de crescimento econômico de 1983-1990, o desemprego continuou praticamente inalterado. Tal fato deu origem a um novo léxico econômico nos EUA - *jobless growth*. Ou seja, apesar do crescimento econômico, os índices de desemprego não tiveram uma queda significativa. O índice de emprego industrial tende a não acompanhar a taxa de crescimento do PNB. Por exemplo, nos EUA, de 1970 a 1990, o índice de emprego industrial baixou de 24,9% para 17,9%, enquanto no mesmo período, o PNB cresceu de 21,4% para 22,4%. No Japão, tal defasagem entre emprego industrial e PNB foi mais gritante. De 1970 a 1990, o índice de emprego baixou de 31,8%, em 1970, para 27,7%, em 1990. Enquanto isso, o PNB cresceu de 29,3% para 38,2%. Por outro lado, na Europa, de 1970 a 1990, o

PNB decresceu um pouco, de 26,2% para 25,3%. Nesse período, o índice de emprego industrial caiu ainda mais – de 28,5% para 22,7%.⁴⁰

Em alguns relatórios divulgados pela ONU em 1993, as perspectivas de emprego na década de 90 nos países capitalistas centrais são bastante sombrias. Por exemplo, em seu *Informe sobre o Desenvolvimento Humano* deste ano, a ONU assinala que o crescimento econômico com desemprego se tornou uma das características principais tanto dos países capitalistas centrais quanto dos países capitalistas periféricos. Por isso, na perspectiva das Nações Unidas, as condições de vida tendem a se deteriorar no mundo capitalista na década de 90, mesmo em países industrializados com contínuo aumento do PIB. O *Informe* constata o crescimento da desigualdade global e da concentração de capital e de poder político entre os países capitalistas (e no interior de cada país). E destaca que, na média, só 10% da população mundial têm controle sobre decisões que afetam suas vidas.⁴¹

Em seus estudos para a Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em junho deste ano em Viena, a ONU preparou documentos que informam que apesar do crescimento econômico acelerado em alguns países capitalistas centrais, a taxa de emprego está cada vez menor (o que significa a perspectiva crescente de tensão social e política). De acordo com os dados da ONU, haveria hoje cerca de 700 milhões de adultos desempregados ou subempregados em todo o mundo. Entre uma série de possíveis explicações para tal fato, a OIT destacou o avanço tecnológico, que tende a aumentar a produtividade média do trabalho. Os capitalistas tendem a contratar menos trabalhadores assalariados devido o alto custo da mão-de-obra – não só dos salários, mas dos benefícios sociais (ainda seguindo esta lógica do capital, muitos capitalistas, segundo os

⁴⁰“Jobs”, in *Newsweek*, 04.06.1993.

⁴¹“Desigualdade cresce nos anos 90, diz ONU”, in *Folha de S. Paulo*, 19 de maio de 1993.

dados da OIT, tendem a transferir suas fábricas para regiões ou países onde o custo do trabalho é baixo).⁴²

Por outro lado, em outro relatório intitulado *Panorama Econômico Mundial-1993*, a ONU alertava para a estagnação econômica nos países capitalistas centrais – pelo terceiro ano consecutivo, o crescimento da produção econômica global, segundo tal estudo, vai ficar abaixo do crescimento populacional (o contraponto vai ser feito pelo Terceiro Mundo, ou mais precisamente, pela China, que segundo tal informe da ONU, deve fazer crescer sua economia em 5% este ano). Entretanto, o impacto do desenvolvimento econômico dos países capitalistas periféricos no mercado global é muito limitado (Japão, EUA e Europa Ocidental respondem por cerca de 75% da produção mundial). Além disso, a lenta recuperação das economias capitalistas centrais podem não dar sustentação durável aos esforços de crescimento econômico de alguns países do Terceiro Mundo, centrado nas exportações para os países industrializados do centro capitalista. Ainda segundo tal relatório da ONU, o desemprego nos países capitalistas centrais tende a aumentar ainda mais. Em 1992, a cifra de desemprego chegou a 7,4% da PEA – a taxa mais alta desde 1986.⁴³

Enfim, o que percebemos é que a “grande crise” tendeu a romper a correlação entre investimento produtivo e criação de emprego, ou seja, grande parte dos investimentos produtivos ocorridos nos períodos de retomada tiveram o caráter de “investimentos de racionalização”, ou seja, poupadores de empregos. O resultado é a manutenção de um patamar de desempregados permanentes (engrossando, portanto a fileira dos desempregados a longo prazo – *LTU* ou *Long Term Unemployed*, isto é, os que procuram emprego há mais de 12 meses). Estes, ao final da década de 80, já perfaziam

⁴² “Crescimento sem emprego produz tensão”, in *Folha de S. Paulo*, 13 de junho de 1993.

⁴³ “ONU prevê apatia econômica global”, in *Folha de S. Paulo*, 25 de junho de 1993.

mais de 30% dos desempregados na Grécia e na Austrália, mais de 40% na Grã-Bretanha e na França, mais de 50% na Holanda e Portugal e entre 60% e 70% na Irlanda e na Espanha. Procurando emprego há mais de seis meses, encontravam-se entre 72% e 85% dos desempregados da Espanha, Holanda, Irlanda e Portugal.⁴⁴

De certo modo, tal deterioração do emprego atingiu, principalmente, jovens, mulheres e trabalhadores imigrantes, os setores mais vulneráveis da classe trabalhadora (no Japão, por exemplo, os mais atingidos foram as mulheres, por serem elas propriamente o maior componente do “exército industrial de reserva”). O desemprego massivo, possui, entretanto, um importante componente demográfico, isto é, cresce o número de jovens que, recém-saídos da universidade, procuram emprego e cujo número, inclusive, já ultrapassou o de aposentados anuais. Com o mercado de trabalho obstruído pela depressão, tende, portanto, a aumentar a amplitude de jovens desempregados.

A situação é mais dramática quando constatamos que o surgimento de um desemprego estrutural coincide, desde fins da década de 70, com uma ofensiva neoliberal, que tende a identificar o combate prioritário da inflação ascendente com o desmantelamento do “Estado de Bem-estar” construído durante os decênios precedentes. Tal fato provocou o reaparecimento em grande escala de bolsões de pobreza no cenário social dos países capitalistas mais avançados (particularmente, os que adotaram, de forma mais ortodoxa, uma política econômica neoliberal).

Portanto, as perspectivas de emprego tendem a ser sombrias para a década de 90, principalmente devido algumas tendências estruturais que se manifestaram, de forma muito clara, nos últimos anos (particularmente durante o período de “crescimento virtuoso” de 1983-1990). Ou seja, o incremento das inovações técnicas, orga-

⁴⁴OECD, *The Long-Term Unemployed and Measures to assist them*, Paris, Occasional Paper, 1992 Apud CANO, Wilson, *Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional*, UNICAMP, 1993.

nizacionais e gerenciais, postas pela nova base de competitividade internacional, antes suprimem do que criam empregos, ou seja, têm um caráter de “racionalização” do processo produtivo voltado mais à necessidade do capital.

Os “investimentos de racionalização”, por meio da introdução de mecanismos micro-eletrônicos no processo produtivo, tendem a se alastrar não apenas pelas indústrias de ponta, mas atingir, inclusive, o setor “terciário” ou de “serviços”, que nas últimas décadas conheceu uma verdadeira explosão de novos empregos regularmente remunerados nas mais diversas áreas. Como destacou Mandel, não são apenas bancos, seguradoras, serviços contábeis e comerciais das grandes empresas que são visados. Disse ele: *“São igualmente as administrações públicas, até mesmo o ensino e certos setores da serviço de saúde. Tal desenvolvimento do setor ‘terciário’, portanto, longe de compensar as perdas de emprego ocorridas na produção material, se tornará uma fonte de desemprego”*.⁴⁵

Um nível elevado de desemprego, o crescimento da produção material (propiciada pela elevação constante da produtividade média do trabalho), a estagnação ou a elevação moderada dos salários reais (com a acelerada alta dos lucros e da acumulação dos capitais) criou uma situação “ideal” para o capitalismo nos países centrais. Inclusive, contribuindo para períodos mais longos de retomada econômica (como ocorreu de 1983-1990), embora relativamente frágil e não-sustentado (como demonstra a nova recessão global iniciada nos primórdios da década de 90).

3.2 A DIFUSÃO DO “TRABALHO PRECÁRIO”

Tal crise constitui, de fato, uma agressão massiva do capital ao trabalho assalariado. É a prova mais contundente do fato de que o capital possui, como lógica intrínseca, principalmente nos períodos

⁴⁵MANDEL, Ernest, *op. cit.*, 189.

de crises cíclicas, a necessidade de superexplorar o trabalho assalariado (durante a fase de prosperidade do pós-guerra, principalmente nos países capitalistas centrais, tal exploração do trabalho manteve-se oculta pelos louvados benefícios do “fordismo” – particularmente, para a parcela organizada das classes trabalhadoras, beneficiária da sociedade de consumo).

O capital tende a implementar, na atual situação, a superexploração do trabalho sob as mais diversas formas, (re)pondo, sob um novo patamar, velhas estratégias de acumulação capitalista (que pareciam pertencer apenas à lógica do capital na periferia do sistema capitalista mundial). O que presenciamos, com a crise atual, é a (re)posição da superexploração do trabalho nas metrópoles capitalistas. A denominação utilizada para tal estratégia do capital é a “flexibilização do trabalho”, que passa a ser um componente essencial da própria reestruturação do mercado de trabalho ocorrida na última década, sob o impacto do desemprego massivo. Por exemplo, a lógica férrea subjacente à proliferação das várias formas de “trabalho precário” nos países capitalistas centrais – ou seja, o trabalho por tempo parcial, o trabalho temporário, o trabalho subcontratado e o trabalho doméstico sob as mais diversas formas (com a aparente redução do emprego regular) é a incansável busca de uma maior lucratividade por meio da redução dos “custos do trabalho”, fazendo baixar, deste modo, os salários diretos e indiretos.

Diante dos efeitos perversos da crise – principalmente o desemprego estrutural, que significa uma massa de trabalhadores excedentes e o enfraquecimento do poder sindical, os capitalistas procuram impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis (uma série de estatísticas comprovam o crescimento do trabalho por tempo parcial nos países capitalistas centrais. Por exemplo, na França, em 1970, o emprego por tempo parcial correspondia a 8,2% da PEA; já em 1990, esse percentual subiu para 12%. Na Alemanha, em 1970, era de 11,4%; em 1990, subiu para 13,2%. Na Itália, em 1970 era de 5,3%, e em 1990 subiu para 5,7%. No Japão, subiu de 15,4% em

1970, para 17,6% em 1990. No Reino Unido, tal subida foi mais dramática – em 1970 era de 16,4% , passando, em 1990, a ser de 21,8%. Nos EUA, tal percentual do emprego por tempo parcial cresceu de 16,4%, em 1970, para 16,9%, em 1990).⁴⁶

Várias análises sociais e econômicas, principalmente as centradas na tese da “sociedade pós-industrial”, têm constatado a formação de “fraturas” na esfera do trabalho, ou seja, a constituição de um mercado de trabalho primário e secundário, interno e externo, ou seja, a divisão do mercado de trabalho entre um “centro” restrito e uma ampla “periferia” bastante delineada. Deste modo, o próprio mercado de trabalho torna-se mais diferenciado e segmentado e tende a adotar uma configuração peculiar às novas condições de acumulação do capital.

Na última década, a utilização crescente de trabalhadores assalariados subcontratados pelas grandes empresas contribuiu para a proliferação de “pequenos negócios” vinculados às grandes corporações. A subcontratação organizada abriu, portanto, oportunidade para formação de tais “pequenos negócios”, que utilizam, em demasia, a força de trabalho precária. É como se o grande capital constituísse uma cadeia complexa de pequenas empresas, que agem como um protetor das grandes corporações diante dos custos de flutuação do mercado (além disso, servem como fonte de superlucros para as corporações industriais, que operam uma transferência de valor às custas das pequenas firmas cuja produtividade de trabalho é abaixo da média). Tal reestruturação do mercado de trabalho segue *pari passu* com a próprio reorganização industrial, que aponta para novas formas organizacionais (e novas técnicas de produção) mais “flexíveis”.

Entretanto, tal padrão de organização industrial não é tão “novo” assim, como pode sugerir as leituras “pós-fordistas” – mesmo durante o período áureo do “fordismo”, tal estratégia descrita acima,

⁴⁶ “Jobs”, in *Newsweek*, 14.06.1993.

era bastante utilizada no Japão, que representa o caso clássico da dualidade no mercado de trabalho operário. E em todos os países capitalistas desenvolvidos, ocorreu, desde o pós-guerra, esse desenvolvimento desigual no mercado de trabalho, em maior ou menor proporção. Disse Brunhoff: *“Da mesma forma que as grandes empresas precisam das pequenas, os altos salários vão sempre acompanhados de baixos salários.”* E mais adiante salientou: *“O ‘capital variável’ é necessariamente composto de assalariados cujas modalidades de trabalho têm diferenças qualitativas.”*⁴⁷

Entretanto, tais transformações materiais na estrutura do mercado de trabalho e na própria organização industrial tendem a provocar impactos significativos no modo de controle do trabalho e de emprego e na base objetiva da luta de classes. Tendem a criar, inclusive, um novo padrão de sindicalismo, diverso daquele que proliferou na época da produção em escala. Enfim, um sindicalismo encurralado e virtualmente incapaz de ter um política ofensiva contra, por exemplo, a realocação industrial, que instala novas indústrias em regiões de pouca (ou nenhuma) tradição sindical (o que propicia uma vantagem comparativa na exploração da força de trabalho), ou incapaz de reagir contra a disseminação do “trabalho precário” que tende a incrementar a utilização de serviços de subcontratação pelas grandes empresas, reduzindo o número de trabalhadores permanentes, mais propensos a organização sindical, e empregando cada vez mais uma força de trabalho precária, temporária, e de mais difícil participação em sindicatos.

3.3 A ROBOTIZAÇÃO

Mas, como destacamos, se o capital necessita do “trabalho vivo”, se é dele que extrai o seu próprio sentido de ser, tendendo a utili-

⁴⁷BRUNHOFF, Suzanne de, *A hora do mercado*, Editora da UNESP, 1991.

zar (e difundir) em pleno final de século XX práticas de exploração do trabalho assalariado de caráter regressivo (com o apoio da *high technology*), isso não impede que, ele (o capital) tenha, outrossim, a necessidade intrínseca, sob pressão de seu próprio movimento constitutivo (e da luta de classes), de negar o “trabalho vivo”, utilizando para isso, do progresso técnico-científico via automação e robotização do processo produtivo.

Como já salientamos, uma das tendências intrínsecas do movimento do capital nessas últimas duas décadas foi incrementar a produtividade média do trabalho, o que propiciou a supressão de inúmeros empregos na indústria (ou até mesmo no setor “terciário”). Tal fato contribuiu, como vimos, para com o surgimento do desemprego massivo. Na verdade, a supressão tendencial do “trabalho vivo” na produção é a exacerbação da própria natureza do capital, que, para realizar plenamente a sua finalidade absoluta (a valorização do valor), tende a negar o seu pólo antitético (o “trabalho vivo”) no interior de sua própria afirmação.

Entretanto, o crescimento do número de robôs não significa que tal intento de suprimir, por completo, o “trabalho vivo” esteja próximo. Pelo contrário, o traço marcante da nossa época é ainda a (re)posição da subordinação da força de trabalho por meios formais, via reestruturação do mercado de trabalho e reorganização industrial (como analisamos logo acima). No entanto, a disseminação de tecnologias microeletrônicas na produção industrial (e mesmo nos “serviços”), é um traço fundamental (e irreversível) da própria lógica da modernização capitalista. O movimento do capital conduz, em última instância, sob pressão da concorrência intra-capitalista (e da própria luta de classes), à subordinação real – e não apenas formal – dos trabalhadores assalariados ao capital.

A introdução da ciência (e da tecnologia microeletrônica) no processo produtivo cria um novo tipo de trabalhador assalariado nas grandes empresas. Em contraste com o grupo da “periferia” do mercado de trabalho, constituído por empregados com habili-

dades facilmente disponíveis ou com pouca qualificação, presos à rotatividade de empregos e com baixos salários, temos o desenvolvimento de um “grupo central” de trabalhadores assalariados, alguns de caráter permanente, com maior segurança no emprego e com bons salários, possuindo alta qualificação. Tais novos contingentes operários, de técnicos, engenheiros, especialistas, produtos da “Terceira Revolução Tecnológica”, tendem a se tornarem cada vez mais imprescindíveis para o capital. Inclusive, em processos de produção de alta tecnologia, tais operários altamente qualificados são chamados a ser “parceiros do capital” na gestão produtiva, identificando-se com os ideais da grande empresa e das suas estratégias corporativas. É deste tipo de trabalhador assalariado que o capital mais necessita, tendo em vista que as novas bases da competitividade exigem novas qualificações voltadas para o manejo das novas tecnologias produtivas do sistema integrado de automação flexível.

4. O MITO DO FIM DA “SOCIEDADE DO TRABALHO” – “TRABALHO: A CATEGORIA ONTOLÓGICA CHAVE?” DE CLAUS OFFE

Nessas últimas décadas surgiram inúmeras reflexões centradas nos impactos de tais transformações estruturais na materialidade do capital sobre o “mundo do trabalho”, desenvolvendo, a partir daí, algumas conclusões que levavam a proclamar a dissolução tendencial (ou mesmo, o final irremediável) da “sociedade do trabalho”. Segundo tais reflexões, estaríamos à caminho de uma “sociedade pós-industrial”.

No início da década de 80, no bojo destas reflexões, Claus Offe, um sociólogo alemão, proclamou as bases sociológicas de tal falência da categoria do trabalho com um paper intitulado “Trabalho como categoria sociológica fundamental?”. O texto de Offe é um dos poucos – senão o único – que tenta articular numa perspectiva sociológica, de um lado, as conclusões proclamadas por sociólogos con-

servadores e radicais como Daniel Bell, Peter Drucker ou Wright Mills sobre o impacto de longo prazo, que o contexto sócio-histórico do capitalismo tardio exerceu sobre a materialidade do “mundo do trabalho” (ou seja, a emergência de uma “sociedade pós-industrial de serviço”) e, por outro lado, os impactos imediatos da “grande crise”, iniciada na década de 70, sobre o “mundo do trabalho” – particularmente, o desemprego estrutural e a difusão do “trabalho precário” (que tendem a minar, segundo ele, a “ética do trabalho”). O conjunto articulado de tais transformações na esfera do trabalho, de natureza ético-estrutural, tendem, segundo Offe, a “implodir” a categoria do trabalho.

Em primeiro lugar, por que Offe considera que a categoria do trabalho não é mais a categoria sociológica fundamental? A sua argumentação sustenta-se em vários argumentos – todos postos para demonstrar a perda da centralidade sociológica do trabalho.

De início, cabe interrogar-nos: o que Offe entende por trabalho enquanto categoria sociológica? Para ele, a categoria do trabalho é composta por duas dimensões fundamentais – a primeira, de caráter institucional, constituída pelo trabalho assalariado produtivo, “formalizado” e supostamente unificado, vigente na produção capitalista de mercadorias, possuindo uma racionalidade técnica específica, capaz de fornecer uma identidade coletiva baseada na idéia de classe trabalhadora. A segunda, de caráter ético, constituída pela idéia do trabalho enquanto dever moral, ou seja, o ponto fundamental de uma vida correta e moralmente boa; e pela idéia de trabalho enquanto necessidade, isto é, o trabalho enquanto a simples condição da sobrevivência física. Para ele, tais são os pilares da “sociedade do trabalho” que parecem estar sendo minados pelas transformações decisivas do capitalismo tardio.

Um dos primeiros argumentos utilizados por Offe para demonstrar a perda da centralidade sociológica do trabalho é o declínio do modelo de pesquisa social “centrado no trabalho”. Para ele, o trabalho deixou de ser preocupação temática para os cientistas sociais

nos últimos anos, o que pode demonstrar que a esfera do trabalho não pode mais ser considerada a pedra-de-toque da teoria social, tal como ocorreu nas origens da teoria sociológica, que em sua natureza, foi moldada pelo princípio da “sociedade de trabalho” (segundo Offe, tanto para Weber quanto para Marx o trabalho era o fato sociológico fundamental). Atualmente, a esfera do trabalho não tem mais esse poder relativamente privilegiado para determinar a consciência e a ação social. Entretanto, Offe não considera tal argumento suficiente para demonstrar a falência da categoria sociológica do trabalho. É necessário ir aos próprios fundamentos materiais que tornaram o trabalho assalariado durante um longo tempo, do século XIX aos nossos dias, um fato relevante.

Quais são as evidências “materiais” que apontam para uma “implosão” da categoria trabalho?

4.1 AS CRESCENTES SUBDIVISÕES NA ESFERA DO TRABALHO

A vasta heterogeneidade empírica do trabalho, caracterizada pela crescente diferenciação interna do trabalho assalariado e pela diversificação objetiva do trabalho social, contribuem para a deterioração de uma identidade coletiva baseada no trabalho. Como diz ele: “*O fato social do trabalho não constitui mais o foco da identidade coletiva*”.⁴⁸ Offe se baseia nas inúmeras evidências empíricas da crise do “mundo do trabalho”, principalmente a partir da “grande crise” iniciada na década de 70 (é preciso lembrar que o artigo dele é de 1982, portanto uma época em que os sinais da ofensiva do capital sobre o “mundo do trabalho” são marcantes). Offe enumera algumas “fraturas” na esfera do trabalho assalariado que teriam impactos decisivos sobre indivíduos, organizações e ação política (ele utiliza a expressão “fratura” para demonstrar seu caráter estrutural,

⁴⁸OFFE, Claus, “Trabalho: a categoria-chave da sociologia?”, in **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, jun. de 1989, p. 9.

não meramente conjuntural, com impactos duradouros e decisivos sobre o “mundo do trabalho”).

Em primeiro lugar, temos a crescente distinção entre mercado de trabalho primário e secundário, interno e externo. Segundo, a produção de bens e serviços ocorre fora do modelo institucional do trabalho assalariado formal e contratual (ou seja, a proliferação do trabalho “precário”, informal, de pequenas empresas capitalistas onde os trabalhadores não são “empregados”, mas membros de famílias e unidades domésticas, de uma economia subterrânea, semilegal ou criminoso). Terceiro, na cisão vertical no interior das fileiras dos trabalhadores assalariados e no crescimento de posições de classe intermediárias ou “heterogêneas” (utilizando a expressão de E.O. Wright), na diferença entre formas de trabalho “produtivas” e “de serviços”. Enfim, a emergência de uma “sociedade de serviços pós-industriais” (utilizando uma expressão cunhada por Bell).

É sobre esta terceira “fratura” da esfera do trabalho, ou seja, o contínuo e rápido aumento na proporção de trabalho social empregado na produção de serviços, que Offe vai dedicar mais atenção. O que ele procura enfatizar é que a emergência da produção “em serviços” no interior da esfera do trabalho constitui uma “fratura” decisiva no próprio conceito de trabalho, identificado desde então, com o trabalho “produtivo” (que Offe parece identificar, de forma equivocada, com o trabalho produtor de bens tangíveis). Disse ele: “Nas sociedades ‘pós-industriais’, a subdivisão do ‘conjunto dos trabalhadores’ em ‘produtores’ e ‘produtores de produção’ não apenas enfraquece a unidade estrutural do trabalho social e a racionalidade que o governa, mas também desafia os padrões de racionalidade que conduzem (e possivelmente limitam) a troca socialmente mediada com a natureza)”.⁴⁹

Enfim, o “trabalho em serviços”, mediador, regulador, ordenador e normalizador, possui uma racionalidade técnica diferente dos critérios de racionalidade desenvolvidos para a utilização e o con-

⁴⁹Idem, *op. cit.*, p. 11.

trole da força de trabalho na produção capitalista de mercadorias. Disse Offe: *“O trabalho em serviços difere do trabalho produtivo pela falta de um ‘critério de eficiência econômica’, claro e incontroverso, do qual possam ser estrategicamente derivados o tipo e a quantidade, o lugar e o ritmo de trabalho ‘aconselháveis’.* Este critério está ausente porque o resultado de inúmeros serviços públicos, assim como aqueles desempenhados por ‘empregados’ em firmas do setor privado, não é ‘lucro’ monetário, mas são ‘utilidades’ concretas; os serviços freqüentemente contribuem para evitar perdas, cujo volume quantitativo não pode ser facilmente determinado, precisamente porque as perdas são evitadas”.⁵⁰ Enfim, os vários tipos de “trabalho em serviços” (por exemplo, educação, saúde, seguros, comunicações) teriam, para Offe, uma racionalidade técnica não-padronizável, uma racionalidade “substantiva” de base normativa, baseados na competência interativa, consciência da responsabilidade, empatia e experiência prática adquirida: *“No lugar dos inseguros critérios econômicos estratégicos de racionalidade, encontram-se cálculos baseados em convenção, vontade política ou consenso profissional.”*⁵¹

Enfim, Offe destaca a importância desta terceira “fratura” da esfera do trabalho: *“esta diferenciação no interior do conceito de trabalho que me parece constituir o ponto mais crucial de sustentação ao argumento de que não se pode mais falar de um tipo basicamente unificado de racionalidade, que organizaria e governaria o conjunto da esfera do trabalho”.*⁵² Para ele, tal contingente de trabalhadores assalariados “em serviços” constituiriam uma “nova classe” com um “novo hedonismo”, uma nova racionalidade técnica que tenderia a desafiar e questionar a própria “sociedade do trabalho”. Portanto, o crescimento de um trabalho “em serviços” poria em questão - ou tenderia a criar uma “ambigüidade sociológica” - no próprio conceito

⁵⁰Idem, *op. cit.*, p. 10-11.

⁵¹Idem, *op. cit.*, p. 11.

⁵²Idem, *op. cit.*, p. 11.

de trabalho, com grandes consequências para as bases conceituais da sociologia e principalmente para a definição de novos critérios de racionalidade (não mais cristalizados na relação entre “produção eficiente” e a “manutenção efetiva da ordem”).

Finalmente, Offe contesta duas objeções levantadas contra a sua tese da “fratura” na esfera do trabalho proporcionada pelo surgimento (necessário) do “trabalho em serviços”:

Em primeiro lugar, diante da objeção de que tal tipo de trabalho social ainda seria um trabalho assalariado subsumido à lógica do capital, Offe argumenta que *“embora a esfera do trabalho em serviços (públicos e privados) não esteja absolutamente ‘liberada’ do regime de racionalidade formal econômica, baseada no salário, ela se tornou um ‘corpo estranho’ separado, mas funcionalmente necessário, que é limitado externamente (mas não estruturado internamente) por aquela racionalidade econômica”*.⁵³

Offe salienta que, embora o “trabalho em serviço” funcione, como destacou Marx, como “vigia e regulador” do trabalho e do processo de valorização, ele está também *“parcialmente livre da disciplina imediata de uma racionalidade social ambiciosa, e de suas correspondentes restrições de realização e produtividade”*.⁵⁴ Enfim, como um “agente da sintetização consciente de sistemas e processos sociais”, o trabalho em serviços da “nova classe” tenderia a desafiar e questionar a “sociedade do trabalho” e seus critérios de racionalidade (realização, produtividade, crescimento) em favor de “medidas de valor substantivas, qualitativas e ‘humanas’”.⁵⁵

Em segundo lugar, Offe critica aqueles que consideram esta “nova classe” um mero corpo estranho à “sociedade do trabalho intacta”, sem refletir, ao mesmo tempo, sobre sua “indispensabilidade funcional” (a sua crítica dirige-se aos neoliberais). Para ele, o

⁵³Idem, *op. cit.*, p. 11.

⁵⁴Idem, *op. cit.*, p. 11.

⁵⁵Idem, *op. cit.*, p. 11.

crescimento da influência estrutural e cultural da “nova classe média”, produtora de serviços, é indispensável numa “*sociedade do trabalho ambiciosa, que gera hiatos funcionais e sofre de falta de ordem, segurança e normalidade*”.⁵⁶

Tal percepção de Offe possui implicações políticas, por exemplo, na sua subestimação da viabilidade política do projeto neoliberal em desmontar o *Welfare State*, ou seja, “individualizar” as relações de troca dos mercados de trabalho e de capital, através da redução das responsabilidades do Estado com relação ao bem-estar social e econômico da sociedade. Disse ele: “*Uma cura tão radical, através do retorno ao ‘individualismo’ e à ‘regulação pelo mercado’, colocaria em sério perigo a relativa harmonia social da sociedade do trabalho, que historicamente só foi conquistada através de um sistema de distribuição e seguro coletivo, garantido pelo Estado*”.⁵⁷

Além deste fato material constatado, Offe coloca um segundo “conjunto de dúvidas sobre a centralidade do trabalho” – o declínio da ética do trabalho.

4.2 O DECLÍNIO DA ÉTICA DO TRABALHO

Para Offe, o problema da avaliação subjetiva do trabalho entre a população trabalhadora é de suma importância. Ele interroga: “*Qual a significação do trabalho assalariado para o modo de vida e a consciência dos assalariados em geral?*”. De início, constata a existência de um “paradoxo” (sem perceber que tal suposto “paradoxo” é próprio da natureza contraditória do movimento do capital): “*Ao mesmo tempo que uma parcela sempre maior da população participa do trabalho assalariado, há um declínio na extensão em que o trabalho assalariado ‘participa’, por assim dizer, da vida dos indivíduos, envolvendo-os e moldando-os.*”⁵⁸

⁵⁶Idem, *op. cit.*, p. 12.

⁵⁷Idem, *op. cit.*, p. 16.

⁵⁸Idem, *op. cit.*, p. 12.

Offe constata a descentralização do trabalho como um dos elementos fundamentais no mundo contemporâneo. Ou seja, o trabalho assalariado (e a própria atividade econômica) está sendo confinada, em relação à outras esferas da vida (tais como a esfera do consumo, da família e das esferas público-políticas), à margem das biografias individuais. Enfim, o “trabalho” não constitui mais o “poder irradiador da vida”, perdeu-se o “vínculo” motivacional dos trabalhadores a seu trabalho.

Para ele, o trabalho tende a não desempenhar mais um papel principal na organização da existência pessoal dos indivíduos. Em primeiro lugar, o trabalho deixou de ser um dever humano ético. Tal desintegração do poder de convencimento da ética do trabalho ocorre não apenas pela erosão das tradições culturais religiosas ou laicas ou pelo crescimento de um hedonismo centrado no consumo (cuja propagação, segundo Offe, está minando a “infraestrutura moral das sociedades capitalistas industriais”).

O enfraquecimento do poder coercitivo da idéia de trabalho vincula-se, principalmente, para ele, à difusão do padrão taylorista de trabalho, ou seja, processos de racionalização organizacional e técnica que tendem a eliminar o “fator humano” e as qualidades morais no processo de produção industrial. A degradação e a desqualificação do trabalho, propiciada pela “taylorização”, contribuem, portanto, para tal descentralização subjetiva do trabalho na esfera de vida das pessoas. Se enfraquecem as obrigações e as demandas associadas ao “orgulho do produtor” e seu reconhecimento social (Offe faz referência à obra *Trabalho e capital monopolista – a degradação do trabalho no século XX* de Harry Braverman, publicado em 1974).

Esta descentralização do trabalho pode ser constatada, outrossim, pela própria alocação da estrutura temporal do trabalho na biografia das pessoas – torna-se bastante excepcional, segundo Offe, uma continuidade ocupacional ao longo de uma vida profissional. Existe uma descontinuidade na biografia profissional entre aquilo

em que alguém é treinado e aquilo em que alguém está realmente empregado. Além disso, ele constatou que a proporção de tempo dedicada ao trabalho assalariado vem declinando consideravelmente na vida das pessoas, ou seja, aumentou a proporção de tempo livre (o que não significa propriamente, segundo Offe, tempo para lazer).

Deste modo, o próprio efeito do estigma e da auto-estigmatização gerados pelo desemprego se enfraquece – em primeiro lugar, porque tende a aumentar a experiência (ou a antecipação) do desemprego ou a aposentadoria involuntária. Offe cita a seguinte conclusão de K. Kumar para a Inglaterra (e que, segundo ele, pode ser estendida ao restante da Europa Ocidental): *“Estamos diante de um futuro em que o desemprego será uma experiência normal, e nada aberrante, de toda a população.”*⁵⁹

Estamos, portanto, diante do segundo motivo da perda do trabalho enquanto papel principal na organização de uma existência pessoal – além do trabalho não ser mais um dever humano ético, ele não pode ser mais colocado, para Offe, como uma necessidade material. Utilizando de estudos recentes da psicologia econômica (e da sociologia industrial), ele procura demonstrar que o efeito motivador do salário opera assimetricamente – ou seja, *“o crescimento individual e (mais ainda) o coletivo da renda não aumentam (ou aumentam muito pouco) o sentido de bem-estar ou da satisfação coletiva, e podem muito bem conduzir até mesmo à sua diminuição”*.⁶⁰ Ou seja, Offe tende a considerar que salários elevados não são mais capazes de motivar as pessoas para o trabalho assalariado.

O declínio da satisfação intrínseca com o trabalho assalariado, ocorrida, segundo Offe, durante a década de 70, tornou a força de trabalho mais sensível (e crítica) às fadigas físicas e psicológicas do trabalho e seus conseqüentes riscos de saúde e desqualificação. Ele tem em mente a crise da sociabilidade capitalista ocorrida em fins

⁵⁹KUMAR, K., “The social of work”, in *New University Quarterly*, 34 (1979), Apud OFFE, Claus, *op. cit.*, p. 14.

⁶⁰OFFE, Claus, *op. cit.*, p. 15.

da década de 60 e início da década de 70, quando inúmeras manifestações operárias em vários países capitalistas centrais demonstraram a crise da “organização taylorista do trabalho” (para ele, portanto, isto tinha um caráter mais profundo, ou seja, a perda crescente na relevância subjetiva do trabalho assalariado). Disse Offe: *“Isto resultou no aumento da reivindicação sindical sobre condições de trabalho e estimulou, mesmo ocasionalmente fora dos sindicatos, debates sobre o abandono da luta por melhores condições de trabalho, como inviável, e sua substituição por uma luta contra o trabalho e sua forma industrial.”*⁶¹ São desta época as tentativas empresariais para a “humanização” do trabalho.

A “estrutura irreversível do *Welfare State*”, utilizando a expressão de Offe, contribuiu, de certo modo, para tal descentralização da esfera do trabalho na vida das pessoas. Sob o *Welfare State*, a redução da renda deixou de ser um efeito disciplinador nas disposições dos trabalhadores. O princípio básico da ética do trabalho, de que “quem não trabalha não deve comer” tende a não possuir mais vigência institucional nos *Welfare State* liberais, na medida em que o *feedback* imediato entre trabalho individual e renda individual está dissolvido em relações coletivizadas e sancionadas pelas instituições e pelas exigências legais do *Welfare State*, assim como grandes empresas e pela negociação salarial coletiva. Enfim, o indivíduo sob o *Welfare State* pode fugir da compulsão para o trabalho, imposta (idealmente) pelo mercado e não mais ser punido automaticamente. Disse Offe: *“Torna-se até racional para o empregado, que contribui individualmente para sistemas coletivos de seguro, reclamar mais benefícios que aqueles pelos quais pagou, agindo portanto como um ‘carona’ do Welfare State”*.⁶² Deste modo, Offe tende a convergir, em última instância, para a posição neoliberal, que coloca a culpa pela crise da economia capitalista no *Welfare State*. Entre-

⁶¹Idem, op. cit., p. 15.

⁶²OFFE, Claus, op. cit., p. 16.

tanto, muito diferentemente dos neoliberais, para Offe a saída desta crise não se encontra no desmantelamento do *Welfare State*.

Para Offe, tal estrutura do *Welfare State* é irreversível, posto que possui uma lógica intrínseca à própria sobrevivência do sistema econômico capitalista desenvolvido. Disse ele: “*As condições objetivas para a estabilidade do sistema econômico não podem mais ser suficiente, efetiva, confiável e rapidamente transformadas em orientações subjetivas de atores individuais*”. Deste modo, é irrealista a proposta da crítica neoliberal ao *Welfare State* de “individualizar” as relações de troca dos mercados de trabalho e de capital, através da redução das responsabilidades do Estado com relação ao bem-estar social e econômico da sociedade.

Na verdade, a estrutura do *Welfare State* bloqueou a eficácia do individualismo e da penúria econômica enquanto meios integrativos tradicionais da sociedade capitalista. Nas condições do capitalismo tardio, eles são incapazes de regular (e condicionar), disciplinar e legitimar as atitudes das pessoas em relação ao trabalho. O próprio mecanismo do exército industrial de reserva, perdeu, segundo Offe, sua eficácia geral, devido ao caráter crescente da “heterogeneidade” do trabalho social (para comprovar tal falência dos mecanismos tradicionais de disciplinamento da força de trabalho utilizados pela lógica do capital, Offe cita recentes análises marxistas tais como o artigo “The Crisis of Liberal Democratic Capitalism: The Case of the United States”, de S. Bowles e H. Gintis publicada na revista *Politic and Society* (1982), e “Wandlungen von Krisenmechanismen in wohlfahrtstaatlichen Kapitalismus” de J. Berger, publicado na revista *Das Argument* (1981)).

Offe tende a subestimar o impacto que o desemprego e subemprego de massa possa ter sobre a atitude das pessoas em relação ao trabalho assalariado. Diante de tal situação, ele considera que as pessoas, principalmente as atingidas pelo desemprego estrutural, serão atraídas por posições fatalistas, responsabilizando as política econômica, o mercado e as políticas sociais do Estado pela situação

destes grupos marginalizados e desprivilegiados. Segundo ele, haverá o surgimento de “subculturas” baseadas numa “economia informal” ou “subterrânea”, cujos membros serão “passivamente hostis aos valores e normas legais da ‘sociedade do trabalho’”. Ofte identifica nestes grupos marginalizados, atingidos pelo desemprego estrutural, “uma cultura do desemprego” subproletária, uma “não-classe de não-trabalhadores” (utilizando a expressão de Gorz). Não apenas na Grã-Bretanha, Itália e Estados Unidos, Ofte constata o surgimento de tal “subcultura” hostil aos valores da sociedade do trabalho – na Alemanha, disse ele, também há indícios da emergência de uma “sociedade dual”, dividida entre um núcleo produtivo e uma periferia crescente de *pobres sustentados*.⁶³

Finalmente, Ofte considera que a sociedade capitalista industrial desenvolvida, conduzida por um *Welfare State* igualmente desenvolvido, deu uma significativa contribuição à exclusão crescente de porções da força de trabalho social da participação na esfera do trabalho assalariado. Assim, para Ofte, o próprio desenvolvimento do capitalismo tardio, da qual o *Welfare State* é parte intrínseca, tendeu a suprimir os fundamentos da sociabilidade capitalista tradicional. Para ele, tal sociedade capitalista desenvolvida demonstra ser totalmente incapaz de estabilizar a “centralidade subjetiva da orientação para o trabalho, a produção e os salários”. Falta-lhes, segundo ele, os recursos culturais (em termos de regras culturais) e as sanções econômicas necessárias (por meio da coerção silenciosa do mercado) para recompor-se enquanto “sociedade do trabalho”.⁶⁴ Nesta perspectiva, para Ofte, a “sociedade do trabalho” está irremediavelmente condenada a desaparecer.

⁶³Idem, *op. cit.*, p. 17.

⁶⁴Idem, *op. cit.*, p. 17.

4.3 CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS

Offe sistematiza os sinais significativos das transformações sócio-culturais do “mundo do trabalho” nas últimas décadas. Tais dados relevantes expostos por ele, sobre as mudanças estruturais da esfera do trabalho não são decorrentes apenas da crise e reestruturação capitalista iniciada na década de 70, mas fazem parte do próprio panorama sócio-histórico do capitalismo tardio. Por exemplo, o crescimento do “trabalho em serviços” é algo que pertence ao longo desenvolvimento capitalista do pós-guerra. Inclusive, já na década de 50 o sociólogo C. Wright Mills em sua obra clássica *White Collar*, publicada em 1951 (e cujo título em português é *A nova classe média*) já identificava no cenário capitalista norte-americano a existência de uma “nova classe” vinculada à esfera de serviços e para a qual a própria idéia de trabalho possuía um outro significado. Na década de 60, temos já a emergência dos conceitos de “sociedades pós-industriais” para assinalar a evolução da estrutura de classes nos países capitalistas centrais (logo no início da década de 70, Daniel Bell publica a obra *The coming of post-industrial society* (1973), cujo título em português é *O advento da sociedade pós-industrial*). Offe, portanto, retoma, em 1982, tais desenvolvimentos teóricos à luz da crise e reestruturação capitalista para, juntamente com outros elementos, proclamar a falência da categoria do trabalho.

Mas Offe indica outros sinais de mudanças decisivas na esfera do trabalho que pertencem propriamente à conjuntura de crise e reestruturação capitalista. Ao tratar, por exemplo, do declínio da ética do trabalho, ele assinala diversos elementos que só se manifestaram no período de crise do capitalismo tardio. Quer dizer, logo após o primeiro conjunto de elementos, de caráter objetivo, identificado com a heterogeneidade empírica do trabalho e a emergência do trabalho “em serviços” (com uma nova racionalidade técnica), teríamos um segundo conjunto de sinais de cariz subjetivo vinculado à própria atitude das pessoas diante do trabalho. A crise da

“organização taylorista do trabalho” assinalaria tal fato – ou seja, a perda do poder de convencimento da idéia de trabalho como um dever humano ético, devido à degradação e desqualificação do trabalho (nos primórdios da década de 70, Braverman denunciaria tal fato). O próprio desemprego e subemprego em massa, produtos das recessões das economias capitalistas nos períodos de 1974-1975 e 1979- 1982, seria um outro fato social relevante que, pelas suas dimensões estruturais, tenderia a transformar a própria idéia subjetiva de trabalho assalariado. A estrutura do *Welfare State*, construído no período de prosperidade econômica do pós-guerra nos países capitalistas centrais, seria considerada por Offe como um dos elementos significativos da própria subversão das atitudes das pessoas em relação ao trabalho. Tal constatação feita por Offe sobre o *Welfare State* é produto de uma série de reflexões teóricas ocorridas na década de 70, com a crise, reestruturação capitalista e a ofensiva neoliberal contra o *Welfare State*. Enfim, Offe organiza, nessa seção em que ele trata do “declínio da ética do trabalho”, um conjunto de sinais próprios de um período de crise capitalista, uma série de elementos relevantes que põem em questão, para ele, a centralidade da categoria trabalho.

Percebemos alguns pontos problemáticos no discurso de Offe. Em primeiro lugar, o fato dele tender a identificar “trabalho produtivo” com produção de bens tangíveis, o que implica em considerar, em última instância, o “trabalho em serviços” como “trabalho improdutivo”. Ora, sob o capitalismo tardio tal distinção entre “produtivo” e “improdutivo” tende a desaparecer (ou se coloca em termos muito diferentes dos do capitalismo clássico). A produção agora é um todo, o que significa que, o “trabalho em serviços” ao invés de promover um suposta ruptura com a lógica do capital produtivo, de fato, a realiza sob novas condições postas pelo desenvolvimento do capitalismo tardio (o próprio Offe reconhece a importância estrutural do *Welfare State* – e dos empregos de serviços, para a

reprodução social do capitalismo tardio – e portanto, da acumulação de capital).⁶⁵

Aliás, tal mudança – o aumento de empregos no setor de serviços e a diminuição do emprego operário, salientada por vários autores, é inseparável das formas de internacionalização do capital produtivo, quando este pode segmentar entre diversos países o processo de produção do capital e exportar “conhecimentos técnicos”. Além disso, a maioria dos empregos no setor de serviços, são gerados pela própria indústria (pesquisa, financiamento, comércio, seguro). Portanto, o “trabalho em serviços”, apesar de suas diferenças qualitativas com relação ao “trabalho produtivo” – em termos de controle do desempenho adequado ao trabalho, ao invés de “desafiar e questionar a ‘sociedade do trabalho’”, como pensa Offe, pelo contrário, tende a afirmá-la mais ainda. Tal aparente nova racionalidade técnica do “trabalho em serviços” seria apenas a nova forma complexa de constituição da “sociedade do trabalho assalariado” (enquanto “determinação reflexiva” da valorização do capital). Portanto, ao invés de uma “ruptura” com o desenvolvimento capitalista tardio, como proclamam os teóricos da “sociedade pós-industrial”, tais transformações na estrutura do capitalismo contemporâneo (cujo traço marcante é o aumento do setor de serviços) seria a própria evidência da natureza intrínseca do capital em processo – a sua difusão global em todas as esferas da atividade social, inclusive tendendo a subverter e “negar”, de modo contraditório, a sua racionalidade técnica tradicional originária em sua fase clássica.

Além disso, Offe destaca, como um dos motivos da perda da “centralidade do trabalho” no mundo de hoje, a crescente diferenciação e diversificação da esfera do trabalho, ou como ele mesmo diz, sua “*ampla variação em termos de renda, qualificações, manutenção do emprego, reconhecimento e visibilidades sociais, fadiga, oportunidades de carreira, possibilidades e autonomia de comunicação*”. A partir deste dado, ou seja, a “vasta heterogeneidade empírica” do

⁶⁵FAUSTO, Ruy, *Marx - Lógica & política*, vol. 2, p. 285.

trabalho, ou ainda, a “diversificação objetiva do trabalho social”, Offe põe em questão a capacidade do trabalho tornar-se ainda uma categoria analítica para se explicar estruturas, conflitos e ações sociais. Ora, tal fato – a diferenciação e diversificação da esfera do trabalho não é algo “novo”, como poderia pensar Offe. Inclusive, as próprias divisões no meio operário, ou no interior das classes trabalhadoras, têm um caráter estrutural e sempre foi assim (pelo menos, desde o surgimento da sociedade capitalista industrial no século XIX). Portanto, não é de agora tal “heterogeneidade empírica” do trabalho, e mesmo sob tal condição diferenciada e diversificada, a noção de “classe operária” pôde ser utilizada para descrever a realidade social e econômica comum a maioria das pessoas que vivem nas sociedades modernas. Como salienta Brunhoff, “a condição operária permanece particular e submetida a riscos que lhe são próprios”.⁶⁶ E mesmo o empregado de serviços enfrenta tais riscos próprios à condição operária, ou seja, o impacto das mudanças técnicas e o desemprego de crise (enfim, a condições comuns dos vendedores da “força de trabalho” sob o modo de produção capitalista).

Finalmente, o ponto central para a argumentação de Offe é o fato social do trabalho assalariado não constituir mais o foco da identidade coletiva e da divisão social e política. Ora, não poderíamos negar tal “crise da consciência de classe” nos países capitalistas centrais, constatada por inúmeros analistas sociais. Por exemplo, desde a década de 70, o marxista inglês Hobsbawm já reconhecia o declínio da coesão da consciência de classe, devido não apenas à mudanças na estrutura das classes trabalhadoras (a redução quantitativa do antigo proletariado industrial), mas a outros fatores, de natureza sócio-cultural, que tendiam, segundo ele, a destruir a solidariedade da classe trabalhadora, tais como a individualização promovida pela sociedade de consumo e a xenofobia contra trabalhadores imigrantes procedentes de diferentes regiões, países e continentes.⁶⁷ En-

⁶⁶BRUNHOFF, Suzanne de, *op. cit.*, p. 84.

⁶⁷HOBSBAWM, Eric, *Estratégias para uma esquerda racional*, pp. 26,

tretanto, tal declínio tendencial da dimensão subjetiva da esfera do trabalho, enquanto foco de identidade social e política, não pode ser considerado algo definitivo (e incapaz de ser revertido por meio de movimentos sociais de novo tipo, centrado no trabalho, sob o impacto de conjunturas particulares – o que não significaria, em absoluto, a volta do “antigo movimento operário”). Até porque o fato dos indivíduos sociais não terem consciência daquilo que os unifica objetivamente enquanto “suportes” da valorização do capital – o fato de serem fontes de “trabalho abstrato”, não significa que a “sociedade do trabalho” tenha deixado de existir (ou que a categoria do trabalho tenha deixado de determinar, em última instância, a estrutura e o desenvolvimento da sociedade mais ampla).

Muito pelo contrário, o que podemos constatar é que a crise e a reestruturação capitalista tendem a afirmar, de forma muito clara, a atualidade candente da “sociedade do trabalho” (o próprio Offe reconhece tal fato quando admite o “paradoxo” de uma “parcela sempre maior da população participar do trabalho assalariado”). A variação crescente das formas de trabalho, de caráter precário, só comprovam a existência desta lógica intrínseca à valorização do capital. Assim, ao invés da vasta heterogeneidade empírica do trabalho social demonstrar a “implosão” da categoria trabalho, ela tenderia é afirmar a sua dominância exacerbada, mesmo que os homens, num primeiro momento, não tenham consciência daquilo que os oprime.

Portanto, a questão que surge é a seguinte: numa época de crise estrutural do capitalismo, cujo conteúdo próprio da reestruturação econômica global é a elevação do patamar de rentabilidade do capital por meio da desvalorização da força de trabalho (expressas pelo crescente desemprego estrutural e a disseminação das várias formas de “trabalho precário”), o que significa afirmar a perda da centralidade do trabalho no mundo contemporâneo?

Ora, no limite, significa ficarmos presos ao “fetichismo da mercadoria”, ficarmos acorrentados à aparência do sistema capitalista

tardio, aparência necessária que passa a compor o “mundo do trabalho” nas últimas décadas. Ninguém poderia negar a relevância da série de evidências empíricas selecionadas por Offe para demonstrar a perda tendencial da centralidade (subjéctiva) do trabalho no mundo contemporâneo. Entretanto, podemos entender tais inúmeros eventos selecionados por Offe de uma outra forma – podemos considerar que a perda tendencial da centralidade (subjéctiva) do trabalho, defendida por ele, pode possuir um outro sentido (não discernido por ele). Ela seria, em última instância, a contra-face da afirmação da centralidade (objectiva) do capital enquanto sujeito em processo de tais transformações sócio-econômicas contemporâneas. Ou, como já dissemos, podemos considerar, por outro lado, que a perda tendencial da centralidade (subjéctiva) do trabalho, no sentido dado por Offe, pode significar apenas a própria vigência do trabalho abstrato, do lucro, do mercado, do valor, da produção universal de mercadorias – o que significa dizer que a suposta “sociedade do não-trabalho” é a “sociedade do trabalho” levada à sua máxima expressão. Apenas neste sentido, a teoria sociológica poderia recuperar a sua dimensão de crítica radical da contemporaneidade capitalista.

O que podemos considerar é que, a metamorfose histórica do princípio de valorização está levando à constituição de um tecido societário complexo e diferenciado, que tende a tornar cada vez mais difícil (e problemático), em nível subjéctivo, a constituição de identidades coletivas do tipo classista, tal como a conhecemos durante o período histórico próprio do capitalismo industrial das últimas décadas (e mesmo, desde as últimas décadas do século XIX), cujas expressões políticas e sociais eram dadas pelos partidos operários e sindicatos de massa, de corte tradicional. Mas, mesmo sob tal névoa “pós-moderna”, os movimentos sociais de contestação à ordem do capital continuarão a existir e se constituir sob novas identidades sócio-políticas, principalmente porque eles tenderão a ser respostas necessárias (e por vezes, desesperadas), intrínsecas à modernidade contraditória do capital.